

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNA SCHWEITZER MEDINA

O PROBLEMA DE PARTICIPAÇÃO NO IRDR: PROPOSTAS PARA A
DEMOCRATIZAÇÃO DO INCIDENTE

CURITIBA

2020

BRUNA SCHWEITZER MEDINA

O PROBLEMA DE PARTICIPAÇÃO NO IRDR: PROPOSTAS PARA A
DEMOCRATIZAÇÃO DO INCIDENTE

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do
curso de Direito, Setor de Ciências Jurídicas,
Universidade Federal do Paraná.

Orientador/Professor: Prof. Dr. Sandro Marcelo
Kozikoski.

CURITIBA

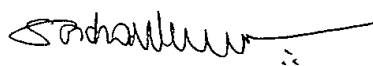
2020

TERMO DE APROVAÇÃO

O problema de participação no IRDR: propostas para a democratização do incidente

BRUNA SCHWEITZER MEDINA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

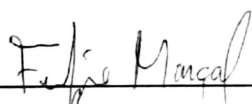


Prof. Dr. Sandro Marcelo Kozikoski
Orientador

Coorientador



Prof. Dr. Sérgio Cruz Arenhart
1º Membro



Prof. Me. Felipe Barreto Marçal
2º Membro

AGRADECIMENTOS

Desfechos, além de serem inevitáveis, nos levam ao incomparável sentimento de nostalgia. Esse sentimento doce e amargo é o que sinto ao redigir essas palavras curtas, mas repletas de significado, e que se eternizarão em minha memória; e muito disso se deve ao fato de ter ficado distante, ao longo de todo o ano letivo, do inexorável Prédio Histórico da Universidade Federal do Paraná. A distância se encurta nesse momento, contudo.

O maior e irrestrito agradecimento, carregado do mais profundo amor, é evidentemente à minha família: meus pais, Sergio e Teresa, e meu irmão, Bruno – esse que, apesar da distância sufocante, demonstra-se presente nos pequenos e nos grandes detalhes da minha trajetória.

Acontece que minha família não se limita ao típico núcleo familiar. É que, ao longo dos cinco anos de graduação, pude reencontrar mulheres as quais já possuía conexão vinda de outras vidas. Somos mães, irmãs, avós, filhas, professoras e alunas umas das outras. Refiro-me a Barbara Thammy Narazaki, Rayssa Porto Santos e Vitória Nérís da Silva, que se graduam junto comigo, e que são a maior riqueza que pude colher em minha *alma mater*.

Por falar em preciosidades, Marcelo Pereira Bergamaschi Junior, meu veterano na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, me concede a honra de ser sua companheira de vida desde 2018. Amor da minha vida e de todas as vidas passadas e futuras, obrigada pelo infinito apoio e torcida.

Na faculdade também aproveitei as oportunidades que tive para me engajar em variadas atividades extracurriculares. A Bateria Os Federais foi – e ainda é – o meu refúgio, e dos nossos ensaios, apresentações e premiações surgiram as mais preciosas memórias que levo da Faculdade de Direito da UFPR.

O Programa de Educação Tutorial (PET-Direito) também é parte significativa de minha graduação, desde 2019, pois foi o ambiente em que aperfeiçoei minhas habilidades nos ramos de ensino, pesquisa e extensão e pude constatar um de meus maiores anseios: construir uma carreira acadêmica. Por isso, agradeço especialmente às professoras Eneida Desiree Salgado, tutora do PET no ano de 2019, e Heloísa Câmara, tutora em 2020.

Agradeço, na mesma medida, ao Núcleo Discente de Direito Administrativo da UFPR (NUDDA), o qual tive o imenso prazer de coordenar junto de brilhantes colegas, e que fez aflorar uma inevitável – e eterna – paixão pelo Direito Administrativo.

Essa paixão se desenvolveu com maior precisão sob a mentoria dos fantásticos advogados André Felipe Portugal e Érico Prado Klein, sócios do escritório de advocacia Klein

Portugal Advogados Associados, do qual tenho imenso orgulho de fazer parte. Sinto que fiz a escolha certa pela advocacia especialmente pelo fato de tê-los como modelos. Obrigada.

Também estendo meus agradecimentos à Equipe da UFPR para a Competição Brasileira de Processo Civil, o GEPROC, grupo do qual participo desde 2019 e que proporcionou uma das experiências mais engrandecedoras de minha vida: representar nossa faculdade, na qualidade de oradora, na 3ª Competição Brasileira de Processo Civil – Prof. José Carlos Barbosa Moreira, em que nos sagramos vice-campeões. Isso não teria sido possível sem o apoio de todos os membros e dos professores Sérgio Cruz Arenhart, Eduardo Talamini, Anissara Toscan, Felipe Barreto Marçal e Luis Krassuski.

É nessa toada que agradeço, na mesma medida, às Processualistas do IBDP, das quais sou caloura no projeto Jovens Processualistas. Não há dúvidas de que essa foi uma das minhas maiores conquistas na graduação.

Ao meu mestre e orientador, professor Sandro Marcelo Kozikoski, o qual nutro profunda admiração, agradeço a dedicada orientação neste trabalho e também no Projeto de Iniciação à Docência em Direito Processual Civil B.

Agradeço, por fim, ao Felipe Barreto Marçal, que demonstra diariamente o dom que possui para o magistério. Foi Felipe quem gentilmente revisou não só esse trabalho, mas tantos outros que submeti ao longo desse ano para congressos, grupos de estudos em Processo Civil e atividades formativas.

A todas e todos referidos aqui, repito, emocionada: muito obrigada.

RESUMO

O artigo se dedica a analisar o problema da falta de participação em todas as fases do incidente de resolução de demandas repetitivas: instauração e admissão, instrução, julgamento, interposição de recursos excepcionais e revisão da tese jurídica. Busca-se revisar e propor, em cada uma das fases, soluções para a ampliação da participação dos sujeitos que possuem suas esferas jurídicas afetadas ou que possuem interesse na formação da tese jurídica fixada, partindo-se dos corolários da colaboração, do devido processo legal, do contraditório como influência e da ampla defesa para que se eleve o nível de legitimidade democrática do incidente. Palavras-chave: Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Ampliação. Participação. Legitimidade. Democracia.

ABSTRACT

The article analyses the problem of the lack of participation in all phases of the “incidente de resolução de demandas repetitivas”: instauration and admission, instruction, trial, exceptional appeals interposal and the juridic thesis revision. The intention is to review and propose solutions to ampliate the participation of the subjects that can have their legal spheres affected, or have interest in the formation of the precedent, on each one of the phases of the incident, taking as a common start the principles of colaboration, due process, contradictory as influence and full defense, so that the level of democratic legitimacy of the incident can be elevated.

Keywords: “Incidente de resolução de demandas repetitivas”. Ampliation. Participation. Legitimacy. Democracy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
IRDR	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CPC	Código de Processo Civil de 2015
FPPC	Fórum Permanente de Processualistas Cíveis
IAC	Incidente de Assunção de Competência
LACP	Lei da Ação Civil Pública (Lei n.º 7.347/1985)
PL	Projeto de Lei
<i>p.ú.</i>	Parágrafo único
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJMG	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
TJMT	Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	FASE DE INSTAURAÇÃO E ADMISSÃO	14
3	FASE DE INSTRUÇÃO	25
4	FASE DE JULGAMENTO.....	33
5	RECURSOS EXCEPCIONAIS E REVISÃO DA TESE JURÍDICA	37
6	CONCLUSÕES	40
	REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

O IRDR surgiu como uma das grandes apostas para o contingenciamento de litígios seriados no CPC,¹ e, junto com os recursos especial e extraordinário repetitivos,² consolidou o microssistema de processos repetitivos.³ Com a importação desse instituto inspirado no procedimento-modelo alemão,⁴ pretendeu-se enfrentar o problema contemporâneo dos fenômenos de massa⁵ que assolam a estrutura judiciária, despreparada para dar adequado tratamento e desfecho aos conflitos repetidos em grande quantidade. Soma-se a essa preocupação outros dois pilares que fundamentam a existência do IRDR, norteando a sua aplicação: a isonomia, corolário da igualdade de tratamento e solução às mesmas questões, e a segurança jurídica, reconhecida no estabelecimento de padrões de conduta previsíveis e confiáveis aos jurisdicionados⁶ e na uniformidade de decisões judiciais.⁷

¹ “O IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas), os recursos repetitivos e a repercussão geral são o futuro do processo civil”. A afirmação foi feita pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, durante a conferência “A experiência do novo CPC e seu futuro”. TAVARES, Claunir Luiz. **Ministro Luiz Fux diz que conciliação, mediação e jurisprudência são o futuro do processo civil brasileiro**. Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Notícias. Rio de Janeiro, 19 jul. 2017. Disponível em: <<https://pge.rj.gov.br/imprensa/noticias/2017/06/ministro-luiz-fux-diz-que-conciliacao-mediacao-e-jurisprudencia-sao-o-futuro-do-processo-civil-brasileiro>>. Acesso em 30 jul. 2020.

² Sofia Temer cita alguns institutos que, de algum modo, pretendem contingenciar a repetitividade : “(a) 285-A do CPC/73 (sentença liminar de improcedência); (b) 476 do CPC/73 (incidente de uniformização de jurisprudência); (b) 518, § 1.º do CPC/73 (súmula impeditiva de recursos); (c) 543-C do CPC/73 (recursos repetitivos); (e) 557, *caput* e § 1.º, do CPC/73 (julgamento monocrático de recursos); (f) uniformização de jurisprudência nos juizados especiais federais (Lei 10.259/01), entre outros” (TEMER, Sofia. **Incidente de resolução de demandas repetitivas**. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 37, nota de rodapé nº 31.). Confira-se, ainda: CAVALCANTI, Marcos. **Incidente de resolução de demandas repetitivas e ações coletivas**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 325-328 e 408-411.

³ “Embora situados em espaços topologicamente distintos [...], os recursos especiais e extraordinários repetitivos e o IRDR compõem, na forma do art. 928, I e II, do novo CPC, um microssistema de julgamento de questões repetitivas, devendo o intérprete promover, sempre que possível, a integração entre os dois mecanismos que pertencem ao mesmo sistema de formação de precedentes vinculantes.” (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). **Recurso Especial n.º 1.846.109-SP**. Recorrente: Fundação Saúde Itau. Recorrido: Valéria de Fátima Figueiredo. Relatora: Min. Nancy Andrighi. Brasília, 10 de dezembro de 2019). Também dispõe o Enunciado n.º 345 do Fórum Permanente de Processualistas Civis (FPPC): “O incidente de resolução de demandas repetitivas e o julgamento dos recursos extraordinários e especiais repetitivos formam um microssistema de solução de casos repetitivos, cujas normas de regência se complementam reciprocamente e devem ser interpretadas conjuntamente” (Enunciado n.º 345. Fórum Permanente de Processualistas Civis. Disponível em: <<https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2020).

⁴ “O incidente criado pelo anteprojeto permite a seleção de causas-piloto com base na experiência germânica do mercado de capitais (*Musterverfahren*) as quais, uma vez julgadas, servem de paradigma obrigatório para as inúmeras ações em curso na mesma base territorial da competência do tribunal local encarregado de admitir o incidente por provocação das partes, do juiz, do Ministério Público ou da Defensoria Pública.” (FUX, Luiz. O novo processo civil. In: FUX, Luiz (Coord.). **O novo processo civil brasileiro**: direito em expectativa. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 23). Sobre o procedimento-modelo alemão: CABRAL, Antonio do Passo. O novo procedimento-modelo (*Musterverfahren*) alemão: uma alternativa às ações coletivas. **Revista de Processo**, 2007, v. 147. p. 123-146.

⁵ MOREIRA, José Carlos Barbosa. Ações coletivas na Constituição Federal de 1988. **Revista de Processo**, v. 61/1991. p. 187.

⁶ TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 40.

⁷ TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 40.

O incidente de resolução se destina às situações em que exista multiplicidade de processos – individuais ou coletivos (art. 985, I, CPC) –, na área de competência de um tribunal,⁸ que contenham questão repetida estritamente de direito, de modo que se fixe tese jurídica aplicável a todos os casos. Há cisão cognitiva e decisória⁹ no julgamento do IRDR: o órgão jurisdicional competente para a sua condução elabora tese apenas acerca da questão de direito afetada, independentemente do conjunto fático concernente ao processo originário;¹⁰⁻¹¹ a tese jurídica, então, é devolvida ao juízo competente para incorporação no julgamento do caso concreto.¹²

O IRDR está situado em uma zona *cinzenta* do processo civil, em que não se concebe nem o processo individual (“por excelência”)¹³ e nem o processo coletivo.¹⁴ A desconformação

⁸ Não se adentrará à problemática sobre o cabimento de IRDR nas Cortes Superiores, por não se tratar do escopo do presente trabalho. Ainda assim, menciona-se entendimento do STJ pela possibilidade restrita de instauração direta do IRDR no STJ: “A instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas diretamente no Superior Tribunal de Justiça é cabível apenas nos casos de competência recursal ordinária e de competência originária e desde que preenchidos os requisitos do art. 976 do CPC.” [BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **AgInt na Petição n.º 11.838/MS**. Rel. Min. Laurita Vaz. Data de Publicação: 10/09/2019].

⁹ CABRAL, Antonio do Passo. Comentários aos arts. 976 a 987. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 1417. Sobre cisões cognitivas, confira-se: VOGT, Fernanda Costa. **Cognição do juiz no processo civil: flexibilidade e dinamismos dos fenômenos cognitivos**. Salvador: Juspodivm, 2020, p. 189-190.

¹⁰ Não se olvida do posicionamento de Alexandre Câmara, que consigna que “uma vez instaurado o IRDR, o processo em que tal instauração ocorra será afetado para julgamento por órgão a que se tenha especificamente atribuído a competência para conhecer do incidente, o qual julgará o caso concreto como uma verdadeira causa-piloto” [CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2015, p. 479]. Contudo, adota-se o posicionamento de Sofia Temer para o presente trabalho: “A natureza objetiva parece ser mais adequada, em termos da sistemática processual, para que seja possível aplicar a tese às demandas fundadas na mesma questão, além de viabilizar a construção de outras categorias que permitam justificar a ampliação do debate e da participação dos sujeitos processuais.” [TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020, p. 71].

¹¹ “O incidente de resolução de demandas repetitivas é aplicável às chamadas pretensões isomórficas, aquelas pretensões de direito material que possuem elementos de ato ou de direito comuns. São estes casos os mais frequentes de litigância seriada. Não obstante, embora seja termo comum para definir as questões que são debatidas nos processos de litigância repetitiva, deve-se frisar que o IRDR não se aplica apenas às ‘pretensões isomórficas’, porque a expressão parece remeter a hipóteses em que o traço comum diga respeito ao direito material, enquanto no IRDR cabe também em relação a questões de natureza processual.” [CABRAL, Antonio do Passo. Comentários aos arts. 976 a 987. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 1420].

¹² Marcos Cavalcanti também entende diversamente: “O art. 978 [...] deixa claro que há um desmembramento de julgamento ao dizer que o órgão colegiado incumbido de julgar o incidente julgará **igualmente** a causa pendente.” [CAVALCANTI, Marcos. **Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR)**. São Paulo: RT, 2016, p. 227]. Destacou-se.

¹³ “O processo ‘por excelência’ tem a típica lide carneluttiana - ou seja, o conflito de interesses entre dois sujeitos, qualificado pela pretensão de um e pela resistência do outro - como seu elemento central e como linha mestra para a estruturação de (quase) todos seus institutos” [TEMER, Sofia. **Participação no Processo Civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação**. Salvador: Juspodivm, 2020, p. 42].

¹⁴ Entende-se que o IRDR possui natureza e estrutura próprias, embora se reconheça há uma dimensão coletiva no incidente, porque o IRDR “apenas se justifica quando há repetição de uma controvérsia que afete uma coletividade (aqui entendida como diversos sujeitos ou processos).” [TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020, p. 98-99]. Contudo, as ações coletivas relativas a direitos individuais homogêneos têm natureza de processo “subjetivo”, enquanto o IRDR possui feição objetiva e

do incidente com esses moldes pré-existentes lhe traz severos óbices de ordem constitucional, especialmente no que diz respeito à participação. Esse problema demanda a adaptação de seu procedimento,¹⁵ com o envolvimento dos segmentos sociais que serão afetados pela tese jurídica,¹⁶ especialmente em respeito à democracia e ao devido processo legal.

O problema da participação dos sujeitos no IRDR tem extenso lastro.¹⁷ Ele perpassa o incidente desde (i) sua instauração e afetação da questão, com a escolha da causa que servirá ao procedimento-modelo¹⁸ e dos sujeitos condutores do IRDR,¹⁹ (ii) estende-se ao longo da fase de instrução, cujas previsões legais expressas de participação limitam-se à oitiva de interessados (art. 983, *caput*, CPC), à promoção de audiências públicas (art. 983, § 1º, CPC) e à admissão de *amicus curiae* (art. 138, CPC), (iii) prejudica a fase de julgamento do incidente, dada a insuficiência da participação e de influência ao órgão jurisdicional para a fixação da tese e (iv) culmina na eventual revisão da tese fixada ou interposição de recursos especial ou extraordinário em face da decisão do IRDR, cuja legitimidade se restringe aos sujeitos previstos no art. 977 do CPC - e que carrega os mesmos vícios de participação.

Muitas das consequências advindas dessa problemática dizem respeito à tentativa exaustiva de se extrair da relação jurídica de direito substancial os sujeitos que integrarão a relação processual. Essa visão, além de antiquada para o processo civil no geral,²⁰ não funciona sobretudo no caso do incidente de resolução: é que no IRDR não há demanda, justamente em

descolada da conformação subjetiva do processo afetado, em razão da cisão cognitiva e decisória promovida para a fixação da tese jurídica.

¹⁵ TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 33; 37.

¹⁶ Sandro Marcelo Kozikoski já anunciava, no contexto dos recursos repetitivos, a necessidade da garantia de participação nos processos multitudinários: “Deve restar assegurada a ampla possibilidade de participação dos grupos vulneráveis, minorias, categorias de pessoas e entidades representativas da sociedade civil que venham a guardar pertinência temática com os temas selecionados para julgamento.” [KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. Garantismo, contraditório fluido, recursos repetitivos e incidentes de coletivização. In: SOUZA, Marcia Cristina; RODRIGUES, Walter. **O novo Código de Processo Civil: o projeto do CPC e o desafio das garantias fundamentais**. São Paulo: Editora Campus Jurídico, 2013. p. 10].

¹⁷ Luiz Guilherme Marinoni afirma que “O incidente, ao excluir a participação de todos em nome da otimização da resolução das demandas, exige grande esforço interpretativo.” [MARINONI, Luiz Guilherme. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**: Decisão de questão idêntica x Precedente. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 23].

¹⁸ “Há [...] quem afirme que o IRDR é híbrido ou misto, aproximando-se do modelo de julgamento de causa-piloto ao exigir a pendência de causa no tribunal para sua instauração e julgamento e, ao mesmo tempo, se aproximando do procedimento-modelo em razão do desmembramento no julgamento do IRDR e da causa pendente.” [TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 71].

¹⁹ Adotamos o entendimento de Sofia Temer de que “a afetação escolherá os *sujeitos condutores* e não as *causas-piloto*. A diferença é sutil, mas importante, porque reforça o fato de que [...] o IRDR não julgará nenhuma causa diretamente.” [TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 172].

²⁰ Sofia Temer, em sua tese de doutorado, denuncia que “o sistema relativo à participação no processo civil e os anseios do tempo presente estão em descompasso.” [TEMER, Sofia. **Participação no Processo Civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação**. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 25].

razão da cisão cognitiva para o julgamento apenas da questão de direito repetida. O incidente possui feição objetiva, que se destina tão somente à fixação de tese jurídica, com pluralidade de interesses envolvidos. Não há de se ter, portanto, uma visão tradicional da participação; deve-se permitir que a relação processual se desenvolva de forma multilateral, de modo que todos os interesses pertinentes à resolução do incidente possam ser manifestados para fins de influência na decisão judicial, que afetará uma infinidade de sujeitos.²¹

Reconhece-se a inviabilidade da participação direta de todos os sujeitos de alguma maneira afetados pelo IRDR; mas ao menos deve-se garantir que todos os interesses em jogo influenciem na cognição jurisdicional,²² em uma verdadeira perspectiva colaborativa,²³ de modo que o procedimento e a decisão de si advinda possam ser considerados constitucionais e democráticos.²⁴ Afinal, o processo deve ser um espaço privilegiado de exercício de poder pelo povo.²⁵ É por esse motivo que se adota a premissa a qual o relator deve aferir o controle de legitimidade e interesse dos sujeitos que queiram influenciar no IRDR em cada ato processual, na perspectiva dos centros de atuação ou zonas de interesse.²⁶ Se a manifestação for útil e necessária para ampliação do debate (potencial de influência),²⁷ deve-se conceder a

²¹ EID, Elie Pierre. Multilateralidade no processo civil: divergência de interesses em posições jurídicas. **Revista de Processo**, v. 297/2019. p. 18.

²² O entendimento da garantia constitucional do contraditório como direito de influência é delineada em CABRAL, Antonio do Passo. *Il principio del contraddittorio come diritto d'influenza e dovere di dibattito*. **Rivista di Diritto Processuale**, 2005; GRECO, Leonardo. O princípio do contraditório, in: GRECO, Leonardo. **Estudos de direito processual**. Campos dos Goytacazes: Ed. Faculdade de Direito de Campos, 2005. p. 545; OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. A garantia do contraditório. **Revista Forense**, v. 95/1999. p. 16; THEODORO JÚNIOR, Humberto; NUNES, Dierle José Coelho. Uma dimensão que urge reconhecer ao contraditório no direito brasileiro: sua aplicação como garantia de influência, de não surpresa e de aproveitamento da atividade processual. **Revista de Processo**, v. 168/2009. p. 109.

²³ Reputa-se indispensável para a efetividade prática do presente trabalho a adoção do modelo colaborativo de Daniel Mitidiero, que “visa dividir de maneira equilibrada as posições jurídicas do juiz e das partes no processo civil, estruturando-o como uma verdadeira *comunidade de trabalho* [...], em que se privilegia o *trabalho processual em conjunto* do juiz e das partes.” [MITIDIERO, Daniel. **Colaboração no processo civil: do modelo ao princípio**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 50].

²⁴ O diálogo jurisdicional é a “autêntica garantia de democratização do processo, a impedir que o órgão judicial e a aplicação da regra *iura novit curia* redundem em instrumento de opressão e autoritarismo.” [OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro. *Do formalismo no processo civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 143].

²⁵ RIBEIRO, Darci Guimarães. **Da tutela jurisdicional às formas de tutela**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2020. p. 105.

²⁶ “As zonas de interesse, ao analisarem um ou alguns atos processuais, permitem a segmentação, permitindo a atuação e a intervenção para finalidades específicas do processo, desde que úteis ao postulante [...] as zonas de interesse podem servir ainda para os casos em que não seja tão simples identificar com precisão todas as posições subjetivas correlatas que estejam em jogo ou que possam sofrer interferências da discussão no processo.” [CABRAL, Antonio do Passo. *Despolarização do processo e zonas de interesse: sobre a migração entre polos da demanda*. **Revista Forense**, v. 404/2009. p. 35].

²⁷ CABRAL, Antonio do Passo. *Il principio del contraddittorio come diritto d'influenza e dovere di dibattito*. **Rivista di Diritto Processuale**, anno LX, n. 2, 2005, *passim*; THEODORO JÚNIOR, Humberto; NUNES, Dierle José Coelho. Uma dimensão que urge reconhecer ao contraditório no direito brasileiro: sua aplicação como garantia de influência, de não surpresa e de aproveitamento da atividade processual. **Revista de Processo**, v. 168/2009. p. 109.

oportunidade de se praticar o ato. O momento de ingresso e a identificação dos centros de atuação, por parte do órgão jurisdicional, serão essenciais para definir o cabimento da intervenção.²⁸ Isso permite que a participação multilateral dos sujeitos não ocorra necessariamente na mesma intensidade, variando de acordo com a respectiva finalidade e justificação de cada atuação.

Mesmo que a conformação da disciplina processual civil seja tradicionalmente individualista,²⁹ e, portanto, insuficiente e inadequada para a compreensão dos conflitos marcados pela litigância repetitiva ou seriada, estampada pela multipolaridade³⁰ da relação processual, acredita-se que é possível conferir maior legitimidade democrática ao IRDR com as ferramentas já dispostas pelo atual ordenamento jurídico. Existem passagens primordiais no texto da lei – nos arts. 138, 976 a 987 e 996 do CPC e na representação adequada dos processos coletivos³¹, por exemplo – que permitem, de *lege lata*, a adaptação do procedimento do IRDR às suas peculiaridades participativas. Parte-se, aqui, da premissa básica de que o juiz possui o dever de compreender a norma de acordo com a Constituição,³² haja vista a vinculação do Estado e dos particulares aos direitos fundamentais e ao regime de aplicabilidade imediata e de

²⁹ “O direito processual civil brasileiro foi, todo ele, concebido para lidar com uma espécie muito bem determinada de litígios. Ele foi pensado para lidar com a situação típica da ‘lide’ (...) para quem ainda tenha dúvida em admitir que essa seja a ratio da estrutura processual clássica, basta lembrar a noção de lide carneluttiana, ou da relação jurídica processual, ou mesmo de ação. Em todos esses conceitos - que serviram de base à criação de muitos institutos processuais hoje utilizados - vê-se nítida a influência da ideia de que o processo deve flutuar entre dois extremos, cabendo normalmente ao juiz escolher um desses dois como o vitorioso e o outro como o perdedor”. [ARENHART, Sérgio Cruz. Decisões estruturais no direito processual civil brasileiro. **Revista de Processo**, v. 225, 2013. p. 389-410].

³⁰ Sérgio Cruz Arenhart versa sobre multipolaridade em ARENHART, Sérgio Cruz. Processo multipolar, participação e representação de interesses concorrentes. In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix (Coords.). **Processos Estruturais**. Salvador: Juspodivm, 2017. p. 423-448.

³¹ Temos, por exemplo, o controle dos requisitos da associação para ajuizamento da ação civil pública (art. 5º, V, da Lei n.º 7.347/85). Além disso, a jurisprudência (i) criou o requisito da pertinência temática para alguns legitimados das ações diretas de (in)constitucionalidade (“A jurisprudência do STF é firme no sentido de se exigir, para a caracterização da legitimidade ativa das entidades de classe e das confederações sindicais para as ações de controle concentrado, a existência de correlação entre o objeto do pedido de declaração de inconstitucionalidade e os objetivos institucionais da associação”. BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Agravo Regimental em Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4722**. Relator: Min. Dias Toffoli. Brasília, 2 de dezembro de 2016) e (ii) limitou o ajuizamento de mandado de segurança coletivo – apesar da legitimação extraordinária prevista em lei – quando os interesses da parte da classe representada forem conflitantes com os interesses das partes não representadas (“Na hipótese de defesa de interesses de parcela da categoria, em prejuízo de parte dos servidores filiados, não há falar em legitimidade da entidade de classe para impetrar mandado de segurança coletivo, ante a existência de nítido conflito de interesses”. BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no Agravo em Recurso Especial n.º 793.537/SP**. Relator: Min. Humberto Martins. Brasília, 1º de março de 2016) [CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual do mandado de segurança**. São Paulo: Atlas, 2013. p. 372]. Sérgio Cruz Arenhart cita outros exemplos, como o art. 82, III e IV, do CDC; o art. 81, IV, da Lei 10.741/03; o art. 21 da Lei 12.016/09 e o art. 2º-A da Lei 9.494/97 (ARENHART, Sérgio Cruz. Processo multipolar, participação e representação de interesses concorrentes. In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix (Coords.). **Processos Estruturais**. Salvador: Juspodivm, 2017. p. 423-448).

³² MITIDIERO, Daniel. **Colaboração no processo civil: do modelo ao princípio**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 39.

plena eficácia desses direitos,³³ dentre os quais se insere o contraditório (art. 5º, LV, CF/88). O órgão jurisdicional, portanto, deve estabelecer permanente diálogo com os sujeitos processuais, permitindo com que efetivamente participem do incidente e que possam influenciar nas decisões judiciais.³⁴

O gerenciamento processual, nesse sentido, se demonstra como ferramenta que não só pode auxiliar na ampliação da participação e na própria eficiência do incidente, primando-se pela duração razoável do procedimento,³⁵ como também garantir o devido processo legal e a legitimidade democrática no IRDR. O gerenciamento permite a flexibilização procedimental e o livre trânsito de técnicas processuais³⁶ para melhor atender às necessidades do incidente. A racionalização do serviço mediante a adoção de técnicas que promovam a eficiência e a efetividade da marcha processual são indispensáveis para as soluções que serão abordadas no presente trabalho, conforme se verá nos tópicos a diante.

Constata-se, portanto, que o IRDR, em razão do problema de participação, sofre de séria carência legitimidade democrática:³⁷ (i) é praticamente ausente o direito de influência dos sujeitos afetados;³⁸ (ii) a ausência de pluralidade no debate enseja a prolação de tese jurídica

³³ SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. p. 241.

³⁴ MITIDIERO, Daniel. **Colaboração no processo civil: do modelo ao princípio**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 66.

³⁵ “Tenha-se claro que o importante não é determinar o tempo que cada processo, individualmente considerado, demora. Importante é saber como o sistema processual pode influir na duração média dos processos. Pois é aí que o novo CPC pode ter impactos muito positivos. Um contraditório efetivo e dinâmico, capaz de produzir decisões de boa qualidade, substancialmente fundamentadas, certamente poderá influir na duração dos processos, na medida em que isto pode ter impacto sobre a quantidade de recursos interpostos. A previsibilidade resultante da padronização decisória que se busca através da formação de precedentes vinculantes pode reduzir a quantidade de processos que são verdadeiras aventuras judiciais. A fiscalização, pelas agências reguladoras, da aplicação, pelos entes sujeitos à regulação, dos entendimentos firmados em precedentes vinculantes (art. 985, § 2º e art. 1.040, IV), pode reduzir a litigiosidade de massa. Instrumentos importantes como a sucumbência recursal podem desestimular a interposição de recursos protelatórios”. [CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo CPC e a duração dos processos**. Justificando. Rio de Janeiro, 27 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2015/03/27/o-novo-cpc-e-a-duracao-dos-processos/>> Acesso em 27 nov. 2020]; CAHALI, Cláudia Elisabete Schwerz. **O gerenciamento de processos judiciais: em busca da efetividade da prestação jurisdicional**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013. p. 44.

³⁶ Tratam sobre o tema com robustez DIDIER JR., Fredie; CABRAL, Antonio do Passo; CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Por uma nova teoria dos procedimentos especiais: dos procedimentos às técnicas**. Salvador: Juspodivm, 2018.

³⁷ Afinal, como consigna Gisele Welsch, “não existe Estado constitucional, que é o Estado de Direito caracterizado pela forma constitucional e pelos direitos fundamentais, sem segurança jurídica e sem equidade diante do Direito, e também não existe Estado constitucional, que é Estado Democrático sem direito à participação no processo”. [WELSCH, Gisele Mazzoni. **Legitimação democrática do Poder Judiciário no Novo CPC**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 84].

³⁸ SILVA, Ricardo Menezes da. **Exceção de não vinculação é instrumento indispensável à legitimidade do IRDR**. Conj. São Paulo, 30 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-jul-30/ricardo-menezes-excecao-nao-vinculacao-irdr>> Acesso em 26 nov. 2020.

que pode carecer de motivação;³⁹ e (iii) o gerenciamento do incidente pelos órgãos jurisdicionais não é ótimo,⁴⁰ já que se deve necessariamente enfrentar e debater todas as questões, sob o máximo possível de pontos de vista, que sejam potencialmente capazes de gerar alteração da tese jurídica.⁴¹

A partir do panorama traçado a respeito dos problemas do IRDR, passa-se à análise de soluções com a proposta de ampliação da participação em cada uma das fases do incidente de resolução:⁴² (i) instauração e admissão (tópico 2); (ii) instrução (tópico 3) e (iii) julgamento, cindindo-se a última (a) no momento de efetivo julgamento e redação do acórdão do IRDR (tópico 4) e (b) na revisão da tese jurídica ou interposição de recursos especial ou extraordinário em face do acórdão prolatado (tópico 5).

2 FASE DE INSTAURAÇÃO E ADMISSÃO

A fase de instauração e admissão do IRDR possui dois atos processuais principais: (i) o pedido ou ofício, submetido à presidência do tribunal em cuja jurisdição haja repetição de matéria de direito, para que a questão seja afetada sob o rito do IRDR (art. 977, CPC) e (ii) a decisão de admissão ou inadmissão do IRDR, proferida pelo órgão colegiado competente para o julgamento do incidente, cuja finalidade é a instauração do procedimento (art. 981, CPC).

O IRDR pode ser requerido pelo juiz ou pelo relator, pelas partes ou ainda pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública (art. 977, I a III, CPC). Luiz Guilherme Marinoni consigna que a norma apenas anuncia aqueles que podem requerer a instauração do incidente, não havendo o que se falar sobre legitimidade para ser parte.⁴³ Sofia Temer, por outro lado, entende que trata-se, sim, de legitimidade, mas não na modalidade “ordinária”, que derivaria da relação jurídica de direito material. A regra atribuiria legitimidade extraordinária aos sujeitos suscipientes, específica para o ato do pedido ou ofício;⁴⁴ afinal, para praticar *qualquer* ato no

³⁹ “A legitimação da atividade jurisdicional decorre do estrito cumprimento do Direito (regras, princípios e postulados) e da demonstração da juridicidade dessa atuação (que não é o mesmo de legalidade). Daí o motivo pelo qual o dever de motivação é o instrumento fundamental de legitimação da atividade jurisdicional”. [LUCCA, Rodrigo Ramina de. **Disponibilidade processual**: a liberdade das partes no processo. São Paulo: Thomson Reuters, 2019. p. 126; LUCCA, Rodrigo Ramina de. **O dever de motivação das decisões judiciais**: Estado de Direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019].

⁴⁰ O poder de gerenciamento do relator no IRDR é debatido em DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes; ALVES, Gustavo Silva. Intervenção dos membros de grupo no julgamento de casos repetitivos. **Civil Procedure Review**, v. 10, 2019. p. 51-74.

⁴¹ CABRAL, Antônio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. **Revista de Processo**, v. 231/2014. p. 211.

⁴² Adotamos a divisão de etapas proposta por Sofia Temer, em TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

⁴³ MARINONI, Luiz Guilherme. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**: Decisão de questão idêntica x Precedente. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 133-134.

⁴⁴ TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 108.

processo, é necessário possuir legitimidade (art. 17, CPC).⁴⁵ No que diz respeito às partes que suscitam o IRDR (art. 976, II, CPC), note-se que não serão necessariamente elas que integrarão a relação jurídica processual construída a partir da instauração do incidente; isso porque o relator possui discricionariedade para selecionar a(s) causa(s) melhor instruída(s) para a afetação da questão de direito repetida, pelo que serão legitimados para a condução do incidente os sujeitos que são partes dessa(s) causa(s).⁴⁶

O pedido ou ofício deve ser instruído suficientemente para a demonstração dos pressupostos⁴⁷ para a afetação da questão de direito (art. 977, *p.ú.*, CPC): a efetiva repetição de processos que contenham ponto controverso unicamente⁴⁸ de direito e o risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica (art. 976, I e II, CPC). Antonio do Passo Cabral preleciona que não há número predeterminado de processos repetidos para que o requisito da ‘efetiva repetição’ seja preenchido, cabendo à doutrina e à jurisprudência a análise casuística para a construção de parâmetros. Sugere, ainda, que “não há necessidade de uma enorme quantidade de causas repetitivas [...], mas deve haver uma quantidade razoável, na casa das dezenas ou

⁴⁵ Se referindo ao processo civil tradicional, com base na alteração de conteúdo do art. 17 do CPC, em relação ao art. 3º do CPC/1973: “A mudança é sutil, mas considerável. Interesse e legitimidade são exigidos para qualquer postulação em juízo, não apenas para a propositura da demanda ou apresentação da respectiva defesa (...). A redação do enunciado para um ato também ajuda a entender a dinamicidade das posições processuais. O sujeito pode ter legitimidade para um ato e não ter para outro; pode não ter interesse para algo e tê-lo para outra coisa; pode não ter, originariamente, legitimidade e, tempos depois, essa legitimidade pode ser adquirida – o mesmo pode acontecer com o interesse de agir”. [DIDIER, JR., Fredie. **Curso de direito processual civil**: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento, v. 1. 17 ed. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 342]. “Se a legitimidade é um atributo transitivo, verificado em relação a um determinado estado de fato, pensamos que, a partir do conceito de situação legitimante, enquadrado no pano de fundo da relação processual dinâmica, é possível reduzir a análise da legitimidade a certos momentos processuais específicos, vale dizer, não mais um juízo de pertinência subjetiva da demanda (a *legitimatatio ad causam*), mas referente ao ato processual específico (a *legitimatatio ad actum*).” [CABRAL, Antonio do Passo. Despolarização do processo e zonas de interesse: sobre a migração entre polos da demanda. **Revista Forense**, v. 404/2009. p. 35].

⁴⁶ CABRAL, Antonio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. **Revista de Processo**, vol. 231/2014. p. 201.

⁴⁷ Marinoni discorda que o disposto nos incisos I e II do art. 976 do CPC são ‘pressupostos’ do IRDR: “O legislador misturou requisitos para a instauração do incidente com os seus objetivos ou com os fundamentos teóricos que o legitimam. O ‘risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica’ não pode ser visto como requisito para a instauração do incidente, uma vez que é inevitável decorrência da repetição de processos em que se controverte uma mesma questão de direito. A isonomia e a segurança jurídica são justificativas teóricas de um sistema de precedentes.” [MARINONI, Luiz Guilherme. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**: Decisão de questão idêntica x Precedente. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 23 e 117].

⁴⁸ Sofia Temer expõe que “apesar de o incidente se destinar a solucionar questões de direito repetitivas, a fixação de teses jurídicas não parte de absoluta desconsideração de circunstâncias fáticas. [...] Os fatos, porque essenciais para a análise da questão de direito, estarão presentes na resolução da controvérsia, mas não como fatos efetivamente ocorridos em uma situação concreta (até porque o tribunal não julgará nenhuma ‘causa’), e sim como fatos pressupostos, projetados, generalizados. [...] Para resolução da questão jurídica comum deverá ocorrer a abstração em relação aos casos concretos, e será formada, no incidente, uma situação fática padrão. Para tanto, parece ser possível defender que o tribunal deverá identificar um fato-tipo (ou um conjunto de fatos-tipo) para resolver a questão de direito repetitiva. [TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 75-76].

centenas, a fim de justificar a adoção desta técnica”.⁴⁹ O estudo empírico elaborado pelo Observatório Brasileiro de IRDRs da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP, contudo, demonstrou que cem incidentes foram admitidos nos tribunais pátrios, entre 2016 e 2018, sem qualquer aprofundamento sobre a repetição da matéria afetada, com mera menção ao requisito.⁵⁰ A conversibilidade (para alguns, trata-se de fungibilidade) com o IAC,⁵¹ que não pressupõe repetição da questão em múltiplos processos (art. 947, CPC) auxilia a enfraquecer esse requisito.

Há controvérsia acerca da existência de pressuposto implícito à instauração do IRDR: a necessidade de causa pendente no tribunal.⁵² Parte da doutrina compreende que a afetação de questão repetida de direito depende de caso em trâmite no tribunal, especialmente pelas seguintes razões: (i) o órgão colegiado que julgará o IRDR é competente para o julgamento de recurso, remessa necessária ou processo de competência originária de onde se originou o incidente (art. 978, *p.ú.*, CPC);⁵³ (ii) a instauração depende de decisões repetidas e que afetem a isonomia e a segurança jurídica já na primeira instância;⁵⁴ e (iii) se não houver caso em trâmite no tribunal, tratar-se-á de processo originário, e não é possível ao legislador ordinário criar competências originárias para os tribunais.⁵⁵

⁴⁹ CABRAL, Antonio do Passo. Comentários aos arts. 976 a 987. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 1421; no mesmo sentido dispõe o Enunciado n.º 87 do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis (FPPC): “A instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas **não pressupõe a existência de grande quantidade de processos versando sobre a mesma questão, mas preponderantemente o risco de quebra da isonomia e de ofensa à segurança jurídica**” (Enunciado n.º 87. Fórum Permanente de Processualistas Cíveis. Disponível em: <<https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2020). Destacou-se.

⁵⁰ ZUFELATO, Camilo (Coord.). **I Relatório de Pesquisa do Observatório Brasileiro de IRDRs**. São Paulo: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2019. p. 83.

⁵¹ Enunciado n.º 702 do FPPC: “É possível a conversão de incidente de assunção de competência em incidente de resolução de demandas repetitivas e vice-versa, garantida a adequação do procedimento.” (Enunciado n.º 702. Fórum Permanente de Processualistas Cíveis. Disponível em: <<https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 26 nov. 2020).

⁵² É o que dispõe o Enunciado n.º 344 do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis (FPPC): “A instauração do incidente **pressupõe a existência de processo pendente** no respectivo tribunal” (Enunciado n.º 344. Fórum Permanente de Processualistas Cíveis. Disponível em: <<https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2020). Destacou-se.

⁵³ “A pendência de causa no tribunal (recurso, remessa necessária ou processo de competência originária) é pressuposto de instauração e julgamento do IRDR.” [CAVALCANTI, Marcos. **Incidente de resolução de demandas repetitivas e ações coletivas**. Salvador: Juspodivm, 2015. p. 431].

⁵⁴ CABRAL, Antonio do Passo. Comentários aos arts. 976 a 987. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 1422.

⁵⁵ DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Curso de Direito Processual Civil**: o processo civil nos tribunais, recursos, ações de competência originária de tribunal e *querela nullitatis*, incidentes de competência originária de tribunal, v. 3, 15. ed. Salvador: Juspodivm, 2018. O argumento, no entanto, se revela pouco convincente, especialmente no que se refere aos Tribunais de Justiça, tendo em vista que suas competências não são previstas na Constituição da República (art. 125, § 1º, CF/88) e que muitas constituições estaduais não preveem, por exemplo, sua competência para julgar o próprio IRDR ou reclamações (vide, por exemplo o art. 161 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro).

Em outra aresta, há parcela que discorda desse suposto ‘requisito’, porque: (i) aguardar até que haja processos no tribunal significa desperdício da atividade jurisdicional, em confronto à celeridade e à economia processual;⁵⁶ (ii) foi retirada da versão final do projeto do CPC passagem no sentido de que o IRDR somente poderia ser suscitado na pendência de qualquer causa de competência do Tribunal;⁵⁷ (iii) exige-se a ‘efetiva repetição de processos’, o que pode ocorrer sem que haja causa pendente no Tribunal;⁵⁸⁻⁵⁹ e (iv) o juízo de primeiro grau pode ser o melhor agente para provocar a instauração do IRDR, pois está inserido na realidade repetitiva.⁶⁰ Não obstante, caso existam casos em primeiro e em segundo grau, Sofia Temer afirma que devem ser privilegiados os casos que já estejam em trâmite no Tribunal, haja vista a “presunção de que o debate tenha sido mais completo e que já haja decisão sobre o tema”.⁶¹

O entendimento majoritário dos tribunais pátrios tem se firmado no sentido de ser necessária causa pendente no tribunal para a instauração de IRDR, conforme se observa a partir de relatório analítico elaborado pelo Observatório Brasileiro de IRDRs da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP.⁶² Além de todos os argumentos lançados pela doutrina, é necessário observar a questão também sob a ótica do princípio da colaboração no processo:⁶³ pretende-se conferir o maior alcance possível às garantias fundamentais do contraditório e da ampla defesa ao IRDR,⁶⁴ já que o maior problema do incidente é justamente a participação dos sujeitos que poderão ser afetados pela tese jurídica fixada, é necessário que as causas repetitivas tenham, ao

⁵⁶ MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. **Incidente de resolução de demandas repetitivas**: sistematização, análise e interpretação do novo instituto processual. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 124.

⁵⁷ TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 110.

⁵⁸ TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 110.

⁵⁹ Luiz Guilherme Marinoni consigna que “Como o incidente depende de uma questão que tenha sido controvertida, e além disso, que possa ser individualizada como essencial ao julgamento das demandas repetitivas, o incidente não deverá ser admitido quando requerido antes da apresentação de contestação nas várias demandas.” [MARINONI, Luiz Guilherme. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**: Decisão de questão idêntica x Precedente. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 136].

⁶⁰ TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 113.

⁶¹ TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 112.

⁶² A despeito da existência de posições divergentes, é possível afirmar que vem se consolidando a tendência de exigir processo pendente nos tribunais, justamente com base no art. 978 do CPC. Nesse sentido, o Observatório Brasileiro de IRDRs aponta que, nas decisões sobre admissão ou não de IRDR, enquanto 158 requerimentos de instauração de IRDR foram admitidos, pois mencionaram a existência de causa pendente no tribunal, 308 requerimentos foram inadmitidos pela ausência de menção de causa pendente no tribunal. [ZUFELATO, Camilo (Coord.). **I Relatório de Pesquisa do Observatório Brasileiro de IRDRs**. São Paulo: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2019. p. 77].

⁶³ “Além de ser um modelo, a colaboração é igualmente um princípio do processo civil. A colaboração no processo é um *princípio jurídico*. Ela impõe um *estado de coisas* que tem de ser promovido.” [MITIDIERO, Daniel. **Colaboração no processo civil**: do modelo ao princípio. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 104].

⁶⁴ “Entendemos que a colaboração processual está ligada não só ao devido processo legal, mas também ao princípio do contraditório. Se o processo é uma atividade de sujeitos em cooperação, a coparticipação das partes na formação do *decisum* é uma exigência diretamente decorrente do contraditório moderno”. [CABRAL, Antonio do Passo. **Nulidades no Processo Moderno**: Contraditório, Proteção da Confiança e Validade *Prima Facie* dos Atos Processuais. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 210].

menos, exaurido a cognição do órgão jurisdicional de piso, tendo sido oportunizadas às partes todas as alternativas cabíveis para a influência do magistrado sobre a questão de direito que se pretende afetar em IRDR.⁶⁵ É imperioso, ainda, que não haja qualquer vício passível de alegação de cerceamento de defesa por um dos sujeitos processuais (art. 10, CPC).

O pedido ou ofício de instauração de IRDR, após ser submetido à presidência do tribunal, é distribuído à relatoria de magistrado integrante do órgão colegiado competente para julgar o incidente (art. 981, CPC). O colegiado fará o juízo de admissibilidade do requerimento, considerando a presença dos pressupostos do art. 976 do CPC, admitindo-se sustentação oral (apesar da ausência de previsão legal),⁶⁶ e proferirá a decisão de admissão do IRDR. A partir desse momento, surgem alternativas para a ampliação da participação no IRDR, a se iniciar pela escolha da causa repetitiva que será afetada e servirá para o julgamento por amostragem⁶⁷ da questão comum de direito.

A seleção da causa-piloto tem crucial importância na efetividade do julgamento do IRDR, pois interfere na extensão das prerrogativas dos sujeitos do processo no próprio incidente. Ainda mais, altera as possibilidades de atuação dos chamados “litigantes-sombra”,⁶⁸ ou sujeitos sobrestados,⁶⁹ cuja participação fica reduzida no IRDR, apesar de poderem vir a sofrer os efeitos do debate judicial e da tese jurídica fixada. Isso porque, a depender da escolha da causa pelo magistrado, perpetua-se a assimetria estrutural favorável ao litigante habitual:⁷⁰ a maioria dos processos que estarão suspensos ao longo do trâmite do IRDR possuem o mesmo litigante – empresas de telefonia, instituições financeiras, seguradoras ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, por exemplo – ou litigantes que exercem a mesma atividade econômica, em cujas causas (muitas vezes isomórficas) incide a mesma questão repetida de direito. Na outra ponta, contudo, há uma infinidade de sujeitos que propõem

⁶⁵ Esse é componente indispensável para a seleção do processo originário e já foi explorado por Antonio do Passo Cabral, em CABRAL, Antonio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. **Revista de Processo**, v. 231/2014. p. 201-223.

⁶⁶ Enunciado n.º 651 do FPPC: “É admissível sustentação oral na sessão de julgamento designada para o juízo de admissibilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas ou do incidente de assunção de competência, sendo legitimados os mesmos sujeitos indicados nos arts. 984 e 947, §1º”. (Enunciado n.º 651. Fórum Permanente de Processualistas Civis. Disponível em: <<https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 26 nov. 2020).

⁶⁷ O termo “julgamento por amostragem” é utilizado por MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao Código de Processo Civil**. v. 5. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 619; e CUNHA, Leonardo José Carneiro da. O regime processual das causas repetitivas. **Revista de Processo**, vol. 179/2010. p. 169.

⁶⁸ “Litigantes-sombra” são “aqueles cuja participação fica reduzida no incidente apesar de poderem vir a sofrer os efeitos daquele debate judicial.” [CABRAL, Antonio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. **Revista de Processo**, v. 231/2014, p. 201-223. p. 208].

⁶⁹ O termo é adotado por Sofia Temer em TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

⁷⁰ VITORELLI, Edilson. **O devido processo legal coletivo**: dos direitos aos litígios coletivos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 448.

demandas contra esses litigantes habituais, e são aqueles os que sofrem, em maior escala, com a falta de participação no IRDR. É por esse motivo que se afirma que o incidente privilegia aqueles que violam direitos ou produzem danos em massa.⁷¹

Essa disparidade pode ser mitigada desde a seleção da(s) causa(s) que servirá(ão) de base para o procedimento-modelo. Antonio do Passo Cabral, nesse sentido, propõe dois vetores para essa escolha: (i) a amplitude do contraditório no processo originário e (ii) a pluralidade e representatividade dos sujeitos do processo originário.⁷² Esses vetores se complementam e não devem ser rígidos; o órgão colegiado competente deve aferi-los no caso concreto, considerando especialmente que a seleção da causa legitimará sujeitos condutores que devem possuir condições de trazer tantos argumentos quanto bastem para a elaboração da tese jurídica.

O primeiro vetor é composto por seis elementos: (i) a completude da discussão na causa, de modo que sejam examinados, no incidente, todos os pontos de vista “potencialmente condicionantes daquele debate, [...] que leva à possibilidade de análise do maior número possível de argumentos”;⁷³ (ii) a qualidade da argumentação das teses antagônicas elaboradas pelos litigantes originários; (iii) a logicidade e a concisão da sentença proferida no caso repetido, considerando-se, sobretudo, a riqueza de sua fundamentação;⁷⁴ (iv) a diversidade dos argumentos lançados pelos sujeitos originários, haja vista o impacto sistêmico que a decisão proferida no IRDR terá em muitos outros processos individuais e coletivos;⁷⁵ (v) o exercício efetivo do contraditório e a completude da decisão, de sorte que as partes tenham exercido o seu direito de influência em grau máximo e o juiz de piso tenha fundamentado satisfatoriamente a decisão judicial;⁷⁶ e (vi) a inexistência de restrições cognitivas no processo originário, privilegiando-se a causa em que tenha havido cognição exauriente, e, se necessário à resolução da questão repetida de direito, ampla instrução probatória.⁷⁷

⁷¹ MARINONI, Luiz Guilherme. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**: Decisão de questão idêntica x Precedente. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 88.

⁷² Os vetores são desenvolvidos no texto de CABRAL, Antonio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. **Revista de Processo**, v. 231/2014, *passim*.

⁷³ CABRAL, Antonio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. **Revista de Processo**, v. 231/2014. p. 211.

⁷⁴ CABRAL, Antonio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. **Revista de Processo**, v. 231/2014. p. 213; BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. A nova técnica de julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos. **Revista Jurídica**, vol. 58/2010. p. 35.

⁷⁵ CABRAL, Antonio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. **Revista de Processo**, v. 231/2014. p. 214.

⁷⁶ CABRAL, Antonio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. **Revista de Processo**, v. 231/2014. p. 214-215.

⁷⁷ Nesse sentido, não seria adequado afetar um mandado de segurança, ou um processo de cognição sumária, ou um processo em que ainda não tenha sido proferida sentença. [CABRAL, Antonio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. **Revista de Processo**, v. 231/2014. p. 216].

O segundo vetor proposto por Antonio do Passo Cabral privilegia as causas originárias em que houver a maior pluralidade subjetiva, ou seja, a maior amplitude de participação. Se em um dos processos repetidos figuram vários autores, réus e intervenientes, em uma estrutura multipolarizada, deve-se assumir que a argumentação interativa permitirá uma maior riqueza de argumentos a serem considerados no trâmite do IRDR. Ao buscar escolher uma causa em que a participação tenha sido tão plural já em primeira instância, o órgão jurisdicional colabora desde a admissão do IRDR para que se reduza “o problema do déficit de participação no curso do próprio incidente”.⁷⁸ Nada impede, inclusive, que o próprio sujeito suscitante do IRDR já realize a busca dos processos que configuram a efetiva repetição, demonstrando dados que embasam a sua pesquisa, e indique para afetação a causa que reputa ser a “melhor”, ou seja, aquela que proporcionará qualidade ao debate para a fixação da tese jurídica.

Nesse sentido, Cabral recomenda que sejam selecionadas preferencialmente demandas coletivas, entendendo-se que a atuação dos legitimados extraordinários no IRDR, mediante representação adequada, pode atribuir ao contraditório uma maior legitimação democrática, política e social.⁷⁹ Veremos, contudo, que a noção de representatividade adequada poderá ser importada para o IRDR mesmo que a causa selecionada seja individual, em consonância com a flexibilização procedimental e a eficiência do procedimento.

A escolha do processo originário que servirá de base para o procedimento-modelo legitima os sujeitos que compõem a relação jurídica processual dessa causa. Eles serão os sujeitos condutores⁸⁰ do IRDR, a quem se assegura amplamente o contraditório no incidente. A legitimidade desses sujeitos, contudo, pode ser considerada “mista”: ou seja, tanto ordinária quanto extraordinária. Ordinária porque defendem os próprios interesses ao buscarem a melhor resolução da questão repetida;⁸¹ extraordinária pois representam, assim como si mesmos, os

⁷⁸ CABRAL, Antonio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. **Revista de Processo**, v. 231/2014. p. 218.

⁷⁹ CABRAL, Antonio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. **Revista de Processo**, v. 231/2014. p. 219.

⁸⁰ Termo adotado em TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador Juspodivm, 2020. p. 174.

⁸¹ Essa situação é mais facilmente detectada quando a questão repetida de direito envolve questão material, e que, como tal, pode ter maior grau de envolvimento com os fatos do que uma questão puramente processual ou procedimental; afinal, “pode-se falar em questões que sejam predominantemente de fato e predominantemente de direito, ou seja, o fenômeno jurídico é de fato e é de direito, mas o aspecto problemático deste fenômeno pode estar girando em torno dos fatos ou em torno do direito”. [WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Distinção entre questão de fato e questão de direito para fins de cabimento de recurso especial. **Revista de Processo**, vol. 92/1998, p. 52-70]. Felipe Barreto Marçal ainda menciona que “não se pode mais admitir, ao menos do ponto de vista teórico, essa cisão entre questão “de fato” e “de direito” no momento de aplicação do direito. Afinal, se o direito aplicado é a incidência do fato à norma e se a norma somente é extraída à luz dos fatos, não se concebe relevância jurídica de um fato, senão à luz da norma (direito)”. [MARÇAL, Felipe Barreto. Contraditório, fundamentação e técnica de julgamento colegiado: violação do contraditório (e ao dever de fundamentação), da isonomia, da

sujeitos sobrestados e aqueles que possam vir a sofrer os efeitos da tese fixada. Sofia Temer, contudo, entende que se trata, em realidade, apenas de legitimação extraordinária,⁸² em que os sujeitos condutores atendem função que “se aproxima do interesse público de dirimir controvérsias que maculem a ordem jurídica”.⁸³ Para Temer, eles não atuariam no incidente na defesa de direito subjetivo que afirmem serem titulares,⁸⁴ haja vista a cisão cognitiva e decisória provocada pela instauração do IRDR, em que se julga tão somente a questão de direito repetida, e não a demanda da qual se originou a questão controvertida.

Contudo, Luiz Guilherme Marinoni consigna que, se a participação é imprescindível para a legitimação do exercício do poder jurisdicional, a representação adequada é “a fórmula que dá corpo ao devido processo legal”⁸⁵ nos casos em que é impossibilitada a participação direta de todos os afetados. No IRDR, contudo, sequer se pensou em representação adequada; em realidade, optou-se por uma estratégia em que se nega a participação aos lesados e se confere ao litigante habitual “oportunidade incondicional de estar presente no único local em que a questão será resolvida”.⁸⁶ Diante desse problema, Marinoni afirma que o líder que representa os sujeitos sobrestados, por possuir o poder de conduzir os argumentos que levarão à construção de tese jurídica que lhes seja favorável ou desfavorável, precisa ter, em alguma medida, sua representação adequada auferida, nos moldes das *class actions* norte-americanas.⁸⁷⁻⁸⁸

previsibilidade e da segurança jurídica com o sistema de “votação global”. **Revista de Processo**, vol. 290/2019, p. 247-275].

⁸² “Quando a situação legitimante coincide com a situação deduzida em juízo, diz-se ordinária a legitimação; no caso contrário, a legitimação diz-se extraordinária.” [MOREIRA, José Carlos Barbosa. Apontamentos para um estudo sistemático da legislação extraordinária. In: MOREIRA, José Carlos Barbosa (Coord.). **Direito Processual Civil**: ensaios e pareceres. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971. p. 59-60].

⁸³ TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 174.

⁸⁴ TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 172.

⁸⁵ Tratando-se de compensação da participação direta e, portanto, de mecanismo destinado a permitir a participação em local em que o poder estatal é exercido, a representação adequada é elemento integrante da estrutura do processo civil democrático. [MARINONI, Luiz Guilherme. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**: Decisão de questão idêntica x Precedente. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 86]. No mesmo sentido, e no contexto da tutela coletiva: ARENHART, Sérgio Cruz. **A tutela coletiva de interesses individuais**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014; VENTURI, Elton. **Processo Civil Coletivo**. São Paulo: Malheiros, 2007; OSNA, Gustavo. **Direitos individuais homogêneos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014; GRINOVER, Ada Pellegrini. Da class action for damages à ação de classe brasileira: os requisitos de admissibilidade. **Revista de processo**, v. 101/2001. p. 11-27.

⁸⁶ MARINONI, Luiz Guilherme. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**: Decisão de questão idêntica x Precedente. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 90.

⁸⁷ As class actions norte-americanas são processos coletivos que influenciaram a criação das ações civis públicas em defesa de direitos individuais homogêneos no Brasil. Nesse sentido, Ada Pellegrini Grinover consigna que “a prevalência das questões comuns sobre as individuais, que é condição de admissibilidade no sistema das *class actions for damages* norte-americanas, também o é no ordenamento brasileiro, que só possibilita a tutela coletiva dos direitos individuais quando estes forem homogêneos”. [GRINOVER, Ada Pellegrini. Da Class Action for Damages à Ação de Classe Brasileira: Os requisitos de admissibilidade. **Revista de Processo**, vol. 101/2001. p. 11-27].

⁸⁸ SILVA, Ricardo Menezes da. **Exceção de não vinculação é instrumento indispensável à legitimidade do IRDR**. Conj. São Paulo, 30 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-jul-30/ricardo-menezes-excecao-nao-vinculacao-irdr>> Acesso em 26 nov. 2020.

Trata-se de proposta aventada a partir do corolário do livre trânsito entre as técnicas processuais, e que parte da premissa de que o legislador cometeu equívoco ao deixar de regular a representação do sujeito condutor dos sobrestados. Assim, importar-se-ia o instituto da representação adequada dos processos coletivos para a estrutura do IRDR,⁸⁹ corrigindo-se o desvio do legislador e evitando-se, assim, “a simples proclamação da inconstitucionalidade do incidente, cuja repercussão sobre o [...] sistema processual civil certamente não seria boa”.⁹⁰ Nesse sentido, os sujeitos sobrestados possuiriam a oportunidade de impugnar a representação adequada do sujeito condutor que carecer de “vontade e capacidade técnica para estar à frente dos litigantes excluídos”,⁹¹ levando-se em conta especialmente o grau de engajamento do líder no IRDR e a capacidade técnica do advogado que o representa. Entende-se que essa medida, além de adequar-se ao devido processo legal, encontra apoio no permissivo legal do art. 983 do CPC, que dispõe que o relator deverá ouvir os interessados no incidente.

O controle da representação adequada do sujeito condutor do IRDR também se estende ao órgão jurisdicional responsável pela condução do incidente. Luiz Guilherme Marinoni consigna que o magistrado possui o dever de rigorosamente controlar a adequação da representação no caso concreto, “evitando não só exercer poder em face de pessoas ou grupos destituídos de voz, mas também afetar sujeitos [...] que não têm condição de influenciar o seu convencimento”.⁹² Não se está a afirmar, aqui, que o sujeito condutor deve ser necessariamente excluído ou substituído processualmente no IRDR, embora essa possa ser uma alternativa viável para o controle da adequada representação;⁹³ mas a insuficiência do debate, por parte do

⁸⁹ Foram propostos, em 2020, na Câmara dos Deputados, dois projetos de lei para edição da “nova lei de Ação Civil Pública”: os PLs 4778/2020 e 4441/2020. No último, Thais Amoroso Paschoal identifica elementos que podem conduzir ao necessário controle de representatividade adequada do legitimado ativo, que não existe na atual lei da Ação Civil Pública (Lei n.º 7.347/1985): “Vários dispositivos do PL 4441, por exemplo, deixam essa racionalidade coletiva evidente. Somente para citar alguns: o art. 6º, §2º, exige a **adequação da legitimidade do autor coletivo**, que deve, inclusive, ser demonstrada na inicial (art. 11). Para as associações, **a adequação da representatividade está ligada, dentre outras coisas, ao “grau de representatividade perante o grupo”** (art. 6º, §2º, IV); **outorga-se ao juiz o poder de controle da representatividade adequada no caso concreto** (art. 6º, § 4º), oportunizando-se a sucessão processual por outro ente legitimado em caso de inadequação da legitimidade (art. 6º, §3º) [...]. O PL 4441, desse modo, acerta ao colocar a representação adequada como núcleo e, com isso, viabilizar a adoção de técnicas coletivas que possam inspirar a adequada tutela coletiva de direitos” [**destacou-se**] [PASCHOAL, Thais Amoroso. **Enfim, a tutela coletiva pensada coletivamente**: O PL 4441/2020 e a produção antecipada da prova orientada pela adequada representação. Jota. São Paulo, 29 de outubro de 2020. <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/elas-no-jota/enfim-a-tutela-coletiva-pensada-coletivamente-29102020>>. Acesso em 29 out. 2020].

⁹⁰ MARINONI, Luiz Guilherme. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**: Decisão de questão idêntica x Precedente. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 93.

⁹¹ MARINONI, Luiz Guilherme. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**: Decisão de questão idêntica x Precedente. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 84.

⁹² MARINONI, Luiz Guilherme. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**: Decisão de questão idêntica x Precedente. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 84.

⁹³ João Paulo Lordelo Guimarães Tavares consigna, no espectro das ações coletivas, que, “na hipótese de se constatar a inadequação da atuação do legitimado coletivo, apenas excepcionalmente deverá ser extinto o feito

líder, deve ser levada em conta pelo magistrado para que se permita a intervenção de sujeitos interessados que possam acrescentar argumentos ao debate, com potencial de influência na elaboração da tese jurídica. Aqui identifica-se, uma vez mais, a importância do gerenciamento do incidente por parte do relator, pois, a rigor, será ele quem (i) fará o controle da representação adequada do sujeito condutor⁹⁴ e (ii) permitirá ou não a amplitude da participação no procedimento.

Verificados os pressupostos do IRDR (art. 976, I e II, CPC),⁹⁵ incluindo-se a existência de causa pendente no Tribunal, e selecionada(s) a(s) causa(s) que serão utilizadas como base para o debate acerca da questão repetida de direito, a decisão de organização e admissão do IRDR deve ser proferida pelo colegiado do órgão competente (art. 981, CPC),⁹⁶ momento em que haverá (i) a delimitação do objeto do incidente e da categoria fática que enseja a controvérsia, ou, ainda, para a qual a tese será aplicada,⁹⁷ (ii) a determinação de suspensão de

sem resolução do mérito. O caminho natural será a sucessão processual, aplicando-se analogicamente a regra do art. 5º, § 3º, da LACP, ao dispor que “[e]m caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa”. Essa providência também está em harmonia com o disposto no art. 4º do CPC, ao estabelecer que “[a]s partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa”. [TAVARES, João Paulo Lordelo Guimarães. **A Certificação Coletiva**: organizando as ações coletivas e o julgamento de casos repetitivos. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 205-207]. Parece-nos que a mesma medida poderia ser adotada, de maneira análoga, ao IRDR, mais precisamente em razão dos §§ 1º e 2º do art. 976 do CPC, que dispõem, respectivamente: “[a] desistência ou o abandono do processo não impede o exame de mérito do incidente” e “[s]e não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente e deverá assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono”.

⁹⁴ Tavares também propõe um roteiro de controle de legitimação adequada nas ações coletivas brasileiras, e que poderia, na mesma toada, ser aplicado ao IRDR: o juiz inicialmente verificaria o (i) tipo de conflito, seu nível de complexidade e conflituosidade; passaria, na sequência, à análise da (ii) pertinência temática, assim compreendido o nexo entre o perfil institucional do legitimado que propõe a ação e o objeto do litígio coletivo; examinaria a (iii) existência de *conflitos de interesses* entre o legitimado coletivo e o grupo; e, por fim, avaliaria o (iv) exame do *histórico de atuação do legitimado coletivo*, que compreenderia (a) o tempo de instituição, (b) o grau de representatividade perante o grupo, (c) a sua conduta em outros processos coletivos (que não necessariamente seria critério aplicável ao IRDR, já que a repetição pode se dar apenas em processos individuais) e (d) a sua capacidade, credibilidade e experiência. Não obstante, “é necessário que o órgão julgador, sobretudo no que concerne ao último filtro, seja prudente, não se valendo de um grau de exigência desproporcional, a ponto de prejudicar o acesso à justiça”. [TAVARES, João Paulo Lordelo Guimarães. **A Certificação Coletiva**: organizando as ações coletivas e o julgamento de casos repetitivos. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 205-207].

⁹⁵ O I Relatório do Observatório Brasileiro de IRDRs, da Faculdade de Direito da USP de Ribeirão Preto/SP, constatou que, entre 2016 e 2018, 31% das decisões de admissão ou inadmissão do incidente fizeram constar, em sua fundamentação, a mera menção de que existe ou inexistente repetição, sem apresentar dados que justifiquem essa conclusão. Essa mesma fundamentação foi utilizada tanto para admitir quanto para inadmitir o incidente. [ZUFELATO, Camilo (Coord.). **I Relatório de Pesquisa do Observatório Brasileiro de IRDRs**. São Paulo: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2019. p. 83].

⁹⁶ É o que dispõe o Enunciado n.º 91 do Fórum Permanente de Processualistas Civis (FPPC): “Cabe ao órgão colegiado realizar o juízo de admissibilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas, sendo vedada a decisão monocrática.” (Enunciado n.º 91. Fórum Permanente de Processualistas Civis. Disponível em: <<https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2020).

⁹⁷ DIDIER JR., Fredie; TEMER, Sofia. A decisão de organização do incidente de resolução de demandas repetitivas: importância, conteúdo e o papel do regimento interno do tribunal. **Revista de Processo**, v. 258/2016. p. 3; TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 134.

todos os processos em que haja controvérsia sobre a questão de direito afetada (art. 982, I, CPC) e (iii) a determinação de que seja dada ampla publicidade aos atos do IRDR (art. 979, CPC). Trata-se de decisão irrecurível, mas que não obsta novo pedido ou ofício de instauração de IRDR, em caso de inadmissão anterior, se forem adequadamente identificados os pressupostos do incidente em momento futuro. Depois da prolação dessa decisão, estabiliza-se o objeto do IRDR, de modo que haja congruência entre a questão de direito debatida ao longo de seu trâmite e a decisão de mérito proferida de maneira derradeira.⁹⁸

Na decisão de admissão do IRDR ainda podem ser definidos critérios para a participação de terceiros, seja como *amicus curiae* (art. 138, CPC), seja como sujeitos interessados que pretendam intervir com finalidades contributivas,⁹⁹ permitindo-se a calendarização do trâmite do incidente.¹⁰⁰ Nada impede, inclusive, que os próprios sujeitos condutores do incidente estabeleçam seus “ônus, poderes, faculdades e deveres processuais” ao longo do trâmite do IRDR, pelo que dispõe o art. 190 do CPC, cabendo ao juiz a análise se o negócio jurídico processual “afeta o núcleo dos direitos fundamentais dos sujeitos envolvidos”.¹⁰¹

Note-se que aqui surge nova oportunidade para a ampliação da participação dos sujeitos no incidente, e que o grau de pluralidade no IRDR é diretamente proporcional à abertura do relator ao exercício do gerenciamento processual e da adoção da flexibilização procedimental. Rememore-se que o IRDR é incidente de natureza complexa, premissa que deve ser considerada pelo magistrado, para que a tese jurídica seja fruto de procedimento que respeite em maior grau possível a garantia do contraditório e permita ao máximo a legitimação democrática da atuação jurisdicional.

⁹⁸ “Caso, durante a tramitação do incidente, se observe que há outras questões que se relacionam com seu objeto original e que devem ser também apreciadas pelo tribunal, entendemos indispensável que haja nova decisão de admissão, com todas as consequências daí decorrentes.” [TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 135]. Esse foi, inclusive, o caso do IRDR n.º 5026813-68.2016.4.04.0000, em trâmite no TRF-4, em que foi proferida nova decisão de admissão do IRDR, determinando-se nova suspensão dos processos e divulgação do incidente, além de nova oportunidade de manifestação das partes. [BRASIL, Tribunal Regional Federal da Quarta Região. **IRDR** n.º 5026813-68.2016.4.04.0000, Rel. Des. Rogério Favreto, D.J. 03/05/2017].

⁹⁹ O relator pode, por exemplo, definir as *categorias* de interesse jurídico que legitimam a intervenção de terceiros no IRDR, na linha dos “filtros” propostos por Sofia Temer. Seria coerente, nesse sentido, que se permitisse a intervenção com fins de garantia de formação de padrão decisório favorável e de colaboração para o exercício da atividade jurisdicional, pois são esses os interesses majoritários dos sujeitos sobrestados e daqueles que poderão vir a sofrer os efeitos da tese jurídica fixada. Explorar-se-á essa hipótese no tópico 3, com base no que foi desenvolvido em TEMER, Sofia. **Participação no processo civil**: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação. Salvador: Juspodivm, 2020.

¹⁰⁰ DIDIER JR., Fredie; TEMER, Sofia. A decisão de organização do incidente de resolução de demandas repetitivas: importância, conteúdo e o papel do regimento interno do tribunal. **Revista de Processo**, v. 258/2016. p. 3.

¹⁰¹ TEMER, Sofia. **Participação no processo civil**: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 345.

Como se vê, o problema da participação no incidente pode ser reduzido desde a fase de instauração e admissão. Para tanto, deve-se sempre adotar postura colaborativa no âmbito do IRDR, de modo que as soluções reunidas possam ser efetivamente praticadas no direito aplicado. Veremos, ao avançar na análise do trâmite do IRDR, que há diversas outras hipóteses que possibilitam a pluralização do debate no incidente, tornando-o mais democrático e participativo, e, conseqüentemente, mais bem alinhado com as garantias constitucionais.

3 FASE DE INSTRUÇÃO

A decisão de admissão do incidente finaliza a fase de instauração de admissão e inicia a fase mais longa e rica do IRDR: a de instrução. É nessa etapa que se realiza a parte mais significativa do debate argumentativo e dialético sobre a questão de direito repetida; conseqüentemente, é nela que também se encontram os maiores problemas de participação dos sujeitos que serão – ao menos potencialmente – afetados pela tese jurídica fixada ao fim do incidente. A doutrina é responsável pela elaboração de variadas soluções que possibilitam a ampliação do direito de influência dos sujeitos, mediante participação direta ou indireta, especialmente daqueles que visam a enriquecer a variedade de perspectivas que devem ser consideradas para a prolação da decisão derradeira. Neste tópico, explorar-se-ão hipóteses de diminuição do problema da participação no IRDR na fase de instrução, ampliando a legitimidade democrática do incidente e o grau de respeito à garantia constitucional do contraditório.

Uma hipótese para que se mitigue o problema analisado é a de que se possibilite a intervenção dos denominados membros de grupo no IRDR.¹⁰² A proposta leva em conta, a princípio, dois grandes grupos de sujeitos que possuiriam legitimidade e interesse *ad actum* para intervirem no incidente: (i) os sujeitos sobrestados, em que a tese jurídica poderá “tanto beneficiar quanto prejudicar [...] sem que lhes seja garantido o direito amplo ao contraditório”,¹⁰³ e (ii) os sujeitos que poderão ajuizar demandas futuras que discutam a mesma questão de direito que foi objeto de IRDR, possuindo interesse na formação da tese jurídica.¹⁰⁴ A legitimidade e o interesse desses sujeitos também derivariam do permissivo legal do art. 983

¹⁰² A proposta foi aventada por Gustavo Alves, Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr. em ALVES, Gustavo; DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. Intervenção dos membros de grupo no julgamento de casos repetitivos. **Civil Procedure Review**, v. 10, 2019. p. 51-73.

¹⁰³ ALVES, Gustavo; DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. Intervenção dos membros de grupo no julgamento de casos repetitivos. **Civil Procedure Review**, v. 10, 2019. p. 54.

¹⁰⁴ ALVES, Gustavo; DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. Intervenção dos membros de grupo no julgamento de casos repetitivos. **Civil Procedure Review**, v. 10, 2019. p. 54.

do CPC, que estabelece “uma nova espécie de intervenção de terceiros”,¹⁰⁵ e seriam aferidas conforme o centro de atuação ou zona de interesse do membro que deseja intervir.

Para Fredie Didier Jr., Hermes Zaneti Jr. e Gustavo Alves, os dois grupos “implicam diferentes graus de interesse jurídico a justificar a intervenção de forma mais ou menos intensa”.¹⁰⁶ Isso porque, enquanto os sujeitos sobrestados sofrerão indiscutivelmente os efeitos da tese jurídica fixada, uma vez que essa será incorporada ao julgamento dos casos ajuizados e suspensos, o grupo que possui interesse em mera formação da tese jurídica ainda possui a faculdade de exercer o direito subjetivo à ação; e se o interesse de um grupo e a finalidade pretendida com sua atuação é diferente de outro grupo, que está mais próximo de sofrer os efeitos favoráveis ou desfavoráveis da tese, “a participação não deve se dar no mesmo formato, tampouco na mesma intensidade”.¹⁰⁷

Note-se que os membros de grupo não possuem, automaticamente, legitimidade e interesse para intervir no IRDR; eles são *potencialmente* intervenientes. Deve-se aferir essas condições para cada ato que se pretenda praticar, atentando-se especialmente à utilidade da intervenção pretendida, que será verificada a partir dos filtros da (i) contribuição argumentativa¹⁰⁸ e do (ii) grau de interesse na controvérsia.¹⁰⁹ Sofia Temer dispõe que “a análise da existência de interesse *em concreto* [...] dependerá da análise das manifestações já apresentadas, dos *atos processuais anteriores*”.¹¹⁰ Se o sujeito condutor já apresentou

¹⁰⁵ ALVES, Gustavo; DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. Intervenção dos membros de grupo no julgamento de casos repetitivos. **Civil Procedure Review**, v. 10, 2019. p. 55.

¹⁰⁶ ALVES, Gustavo; DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. Intervenção dos membros de grupo no julgamento de casos repetitivos. **Civil Procedure Review**, v. 10, 2019. p. 55.

¹⁰⁷ TEMER, Sofia. **Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação**. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 330.

¹⁰⁸ “Se o membro apresentar argumentos já trazidos ao debate, sua intervenção será desnecessária, pois já estará sendo devidamente representado por um outro membro pertencente ao seu mesmo subgrupo; pelo contrário, caso a manifestação represente uma compreensão da questão que ainda não foi trazida ao debate, deverá ser garantida sua intervenção, pois este membro representará um subgrupo que ainda não possuía representatividade.” [TEMER, Sofia. **Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação**. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 66]. No mesmo sentido, CABRAL, Antonio do Passo. Comentários ao artigo 138. In: STRECK, Lênio; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da (Org.). **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 213-214; TEMER, Sofia Orberg. **Incidente de resolução de demandas repetitivas**. 4 ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 188-189; Eduardo Talamini fala em “contributividade adequada” (TALAMINI, Eduardo. Comentários ao art. 138. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER Jr., Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno (Coord.) **Breves Comentários ao novo Código de Processo Civil**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 470; CABRAL, Antonio do Passo. Pelas asas de Hermes: a intervenção do *amicus curiae*, um terceiro especial. **Revista de Processo**, vol. 117/2004. p. 28-29.

¹⁰⁹ “Os membros do grupo formado pelas partes dos processos sobrestados possuem um grau de proximidade maior com o núcleo de interesse do que os membros do grupo formado por aqueles que poderão ser atingidos pela formação do precedente judicial.” [TEMER, Sofia. **Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação**. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 68].

¹¹⁰ TEMER, Sofia. **Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação**. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 334.

determinado argumento que certo membro de grupo pretende trazer novamente ao incidente, não há qualquer utilidade¹¹¹ em sua intervenção, pelo que deve ser indeferida pelo relator.

Todavia, ainda assim, deve-se reconhecer que a participação direta dos membros de grupo pode se tornar inviável, especialmente considerando-se a duração razoável do processo e a eficiência. Uma alternativa para essa questão seria, mediante ampla divulgação e publicidade (art. 979, CPC), a utilização do próprio aparato da audiência pública¹¹² no incidente (art. 983, § 1º, CPC), para que se promova a reunião dos membros de grupo e a identificação de subgrupos¹¹³ que possuam perspectivas minoritárias em relação aos interesses majoritários. Assim, todos os fundamentos que cercam a questão repetida de direito afetada no IRDR poderão ser identificados e levados à juízo por um representante que se responsabilize pela ampliação do debate, evitando-se que haja atuações repetidas ao longo do IRDR. A deliberação¹¹⁴ para a seleção do porta-voz¹¹⁵ poderá, até mesmo, ser realizada mediante eleição, com o exercício de voto¹¹⁶ por parte dos membros de grupo.¹¹⁷

É necessário abrir parênteses, neste momento, para estabelecer a diferença entre a atuação dos membros de grupo, representados por seus porta-vozes, e o *amicus curiae* (art. 138,

¹¹¹ “Deverão ser admitidos como intervenientes para a realização de ato processual específico no IRDR/REER somente aqueles sujeitos que demonstrem a utilidade de sua intervenção, utilidade essa que deve ser aferida a partir da noção de contribuição argumentativa, que se consubstancia pela: a) apresentação de novos argumentos, que efetivamente contribuirão para o debate acerca da questão de direito; b) representação de compreensão da questão de direito pertencente a um subgrupo que ainda não estava sendo representado; c) expertise do advogado do membro de grupo.” [TEMER, Sofia. **Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação**. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 67].

¹¹² Com a realização de audiências públicas e instituição de espaços dialogais, “vence-se a visão dicotômica do processo tradicional, permitindo que a relação processual se desenvolva de forma plúrima, multifacetária e não necessariamente na base do antagonismo entre polos” [ARENHART, Sérgio Cruz. Processos estruturais no direito brasileiro: reflexões a partir do caso da ACP do carvão. Revista do Tribunal Federal da 1ª Região, v. 29/2017. p. 70-79].

¹¹³ “A identificação [de] subgrupos é crucial para uma adequada resolução da questão, tendo em vista que, quanto maior for a participação dos respectivos representantes dos subgrupos, maiores serão as chances de que todos os fundamentos que cercam a questão sejam analisados.” [TEMER, Sofia. **Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação**. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 55].

¹¹⁴ “Tais ambientes são importantes para funcionarem também como espaços de mobilização social. A ideia, então é que haja interação suficiente para construir, mediante a comunicação, coesão entre os sujeitos cujos interesses são representados.” [TEMER, Sofia. **Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação**. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 375].

¹¹⁵ DIDIER JR., Fredie; TEMER, Sofia. A decisão de organização do incidente de resolução de demandas repetitivas: importância, conteúdo e o papel do regimento interno do Tribunal. **Revista de Processo**, v. 258/2016, p. 257-258.

¹¹⁶ “Deliberating and voting are particularly relevant to the subgroup and superordinate community structure” [BURCH, Elizabeth Chamblee. Aggregation, community, and the line between. **Kansas Law Review**, v. 58/2010. p. 914].

¹¹⁷ “Embora pensar em participação como votação (e, em especial, na aplicação do princípio majoritário ao processo) soe, num primeiro momento, estranho, é o que ocorre já atualmente em processos concursais. Nas recuperações judiciais, por exemplo, há classes de credores (que variam conforme a natureza do crédito) e deliberações mediante votações e assembleias.” [TEMER, Sofia. **Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação**. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 383].

CPC). É que o interesse que fundamenta a intervenção desse sujeito é o interesse institucional,¹¹⁸ isso é, “um interesse que transcende o plano individual para atingir uma perspectiva social e coletiva”.¹¹⁹ O *amicus curiae*, a rigor, “não pode ser atingido pelos efeitos reflexos da coisa julgada”,¹²⁰ não havendo o que se falar na possibilidade de tutelar diretamente os direitos dos sujeitos que serão afetados. Os membros de grupo, por sua vez, participariam do procedimento para influenciar na fixação da tese jurídica que “repercutirá em suas respectivas esferas jurídicas e na formação do precedente judicial que poderá os atingir no futuro”.¹²¹ Não se nega que a figura do *amicus curiae* é indispensável para que se garanta maior nível de debate para a elaboração da tese jurídica,¹²² até mesmo elevando a legitimidade democrática do incidente,¹²³ mas deve-se, sobretudo, pensar na efetiva ampliação da participação,¹²⁴ com exercício de contraditório fluido,¹²⁵ para que o IRDR possa contemplar, em maior grau, a garantia do devido processo legal.

¹¹⁸ “O interesse institucional é conceituado como um interesse jurídico, especialmente qualificado, porque transcende o interesse individual das partes. E é jurídico no sentido de estar previsto no sistema, a ele pertencer, e merecedor, por isso mesmo, de especial proteção ou salvaguarda”. [BUENO, Cássio Scarpinella. **Amicus curiae no processo civil brasileiro**: um terceiro enigmático. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 502-504].

¹¹⁹ ALVES, Gustavo; DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. Intervenção dos membros de grupo no julgamento de casos repetitivos. **Civil Procedure Review**, v. 10, 2019. p. 57.

¹²⁰ MARINONI, Luiz Guilherme. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**: Decisão de questão idêntica x Precedente. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 141.

¹²¹ ALVES, Gustavo; DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. Intervenção dos membros de grupo no julgamento de casos repetitivos. **Civil Procedure Review**, v. 10, 2019. p. 57-58.

¹²² Em realidade, a análise da atuação do *amicus curiae* já é suficiente para haver uma revisão dos pressupostos de atuação tradicionais – especialmente no que diz respeito à exigibilidade do interesse jurídico. O art. 138, § 2º do CPC pode ser adotado para sujeitos processuais em geral, sempre que o regime tradicional de intervenção de terceiros seja inadequado. A regra desse dispositivo, portanto, ultrapassa a figura do *amicus*, representando verdadeira diretriz de atipicidade de intervenção para a ampliação da participação no processo. Esse é o posicionamento de Sofia Temer em TEMER, Sofia. **Participação no processo civil**: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 240 e 350.

¹²³ “Trata-se [...] de instituto que serve para fornecer elementos relevantes para a cognição do órgão julgador, permitindo a ampliação do contraditório e, conseqüentemente, da participação democrática no processo, mediante influência de setores sociais diversos na decisão judicial.” [MARÇAL, Felipe. **Medidas e processos estruturantes (multifocais)**: características e compatibilização com o ordenamento processual brasileiro. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito Processual), Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. p. 89]. Gisele Welsch, no mesmo sentido: “Considerando a função de contribuição para o processo com dados e elementos técnicos e específicos relativos ao objeto do direito em debate, além do alargamento do contraditório e da legitimação democrática, a participação e intervenção do *amicus curiae* pode e deve ser ampliada, especialmente em um sistema jurídico composto de precedentes com eficácia vinculante, considerando a necessidade de qualificação técnica e jurídica da formação da *ratio decidendi* do precedente judicial, que será aplicado a outros casos análogos e futuros”. [WELSCH, Gisele Mazzoni. **Legitimação democrática do Poder Judiciário no Novo CPC**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. P. 184].

¹²⁴ A conclusão de Sandro Marcelo Kozikoski em relação às decisões produzidas pelas Cortes Superiores também se aplica à lógica do IRDR: deve-se viabilizar “canais procedimentais adequados, com o envolvimento dos segmentos afetados pela decisão paradigmática ou que venha a ser proferida no julgamento-piloto.” [KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. Garantismo, contraditório fluido, recursos repetitivos e incidentes de coletivização. In: SOUZA, Marcia Cristina; RODRIGUES, Walter S. **O novo Código de Processo Civil**: o projeto do CPC e o desafio das garantias fundamentais. São Paulo: Editora Campus Jurídico, 2013. p. 10].

¹²⁵ “Num ambiente formatado para a discussão qualificada, no qual, presumivelmente, os melhores argumentos passam a vir à tona, a implementação de um contraditório fluido pode contribuir para afastar a multifacetária situação dos processos repetitivos.” [KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. Garantismo, contraditório fluido, recursos

Ainda, caso alguma perspectiva minoritária não seja apresentada pelo porta-voz do grupo, ao relator incumbe a análise do interesse e da legitimidade de membro de subgrupo que pretenda intervir no IRDR para trazê-la, assegurando-se espaços de atuação direta no incidente, em uma perspectiva complementar entre participação e representação.¹²⁶ Nesse sentido, Sofia Temer dispõe que “a atuação direta pode ser necessária para expor perspectivas não alinhadas, ou seja, quando não evidenciada a “adequada representação” de determinado interesse ou perspectiva”.¹²⁷ A utilidade dessas atuações diretas será identificada quando visar preencher espaços não ocupados pelo porta-voz do grupo, pelo que o relator do IRDR poderá admitir a intervenção inominada de outro membro do grupo.

A iniciativa para integração de sujeitos ao IRDR pode partir do ingressante, das partes que já figuram no incidente e pelo próprio relator. Essa última hipótese de intervenção por ordem do magistrado, embora prevista especificamente nas hipóteses de *amicus curiae*, nos meios de resolução de questões repetitivas e na decisão a respeito de repercussão geral da questão constitucional (arts. 139, 983, 1.035 e 1.038, CPC), é extensível às demais hipóteses de atuações atípicas.¹²⁸ Essas atuações diferenciadas, por sua vez, devem ser devidamente fundamentadas e justificadas por quem quer que a requeira, especialmente pelo fato de que essa intervenção não se sujeitará “a apenas um filtro (o do interesse jurídico ‘clássico’), o que torna “o exame das finalidades potencialmente mais complexo”.¹²⁹

As medidas sugeridas dependem, sobremaneira, da proatividade não só dos sujeitos sobrestados e daqueles que pretendem colaborar com a formação da tese jurídica derradeira.

repetitivos e incidentes de coletivização. In: SOUZA, Marcia Cristina; RODRIGUES, Walter S. **O novo Código de Processo Civil: o projeto do CPC e o desafio das garantias fundamentais**. São Paulo: Editora Campus Jurídico, 2013. p. 12].

¹²⁶ “Pressupomos que há apenas uma perspectiva ou interesse “do grupo” [...] a ser apresentado. E a consequência de tal pressuposição é que concluímos que se já há em juízo um representante, a proteção ao interesse já está garantida, sendo desnecessárias ou impertinentes outras atuações, quando, em realidade, nem sempre as perspectivas ou interesses estão apresentados. A atuação direta pode ser justificada, portanto, justamente para expor perspectivas não alinhadas.” [TEMER, Sofia. **Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação**. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 377].

¹²⁷ TEMER, Sofia. **Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação**. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 375-376.

¹²⁸ “Para evitar a infundável discussão a respeito da categorização do interesse ou da modalidade da intervenção e garantir a integridade e idoneidade do processo para definição da questão debatida e que afeta diversos interesses, mais adequado parece ser conferir uma elasticidade ainda maior à noção de interesse relevante que permite a participação de terceiros no processo. E nesse sentido já parece caminhar-se, rumo à própria atipicidade de tal participação.” [MOREIRA, Egon Bockmann; FERRARO, Marcela Pereira. Pluralidade de interesses e participação de terceiros no processo (da assistência simples à coletivização, passando pelo *amicus*: notas a partir e para além do novo Código de Processo Civil). **Revista de Processo**, vol. 251/ 2016, p. 54]. Sobre a intervenção de terceiro por ordem do juiz, CINTRA, Lia Carolina Batista. **Intervenção de terceiro por ordem do juiz: a intervenção iussu iudicis no processo civil**. São Paulo: RT, 2017.

¹²⁹ TEMER, Sofia. **Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação**. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 339.

Repete-se: o órgão jurisdicional é peça essencial para que a ampliação da participação seja viabilizada no incidente. E isso não significa dizer que todos os interventores possuirão legitimidade e interesse para atuarem ao longo de todo o IRDR; deve-se aferir essas condições a cada ato e regular a espécie de intervenção, definindo as questões sobre as quais o sujeito poderá se manifestar e limitando a sua participação a uma determinada zona de interesse e a atos específicos. Atingida a finalidade da intervenção, dispensa-se a participação do sujeito no incidente,¹³⁰ evitando-se o tumulto processual e a morosidade do procedimento. Esse conjunto de técnicas, embora não estejam todas expressas na legislação, apoia-se na ideia de flexibilização do procedimento, “tendo em vista a eficiência e [...] [a] possibilidade de adequação em concreto [...] do formato em que se dará a interação no processo judicial”.¹³¹ Sofia Temer, a esse turno, traz à luz exemplo de técnica de limitação no próprio IRDR: “a sustentação oral [...] é prova de que nosso sistema já trabalha com algumas limitações, [...] que podem ser adotadas para calibrar o regime de participação dos sujeitos”¹³² (art. 984, II, *b* e § 1º, CPC), de tal sorte que se possibilite, até mesmo, a realização de sustentação oral na sessão de julgamento que for designada para o juízo de admissibilidade do IRDR, como ocorre nos Regimentos Internos do TJMG e do TJMT.¹³³

Sugere-se, portanto, que o regime de participação do sujeito interveniente – seja o porta-voz do grupo, seja outro membro que não esteja contemplado com a atuação majoritária do grupo – seja fixado pelo juiz¹³⁴ no momento de seu ingresso no incidente, mediante análise casuística do “*cabimento* da atuação – considerando a diversidade de fins e interesses –, [da] *extensão* da participação, [das] *prerrogativas* do sujeito e [das] *consequências* de sua atuação”,¹³⁵ em uma perspectiva colaborativa e com atenção à eficiência da atuação. Aplicar-se-ia, por analogia, o regime previsto no art. 138, § 2º, CPC para o *amicus curiae*. O poder de

¹³⁰ Deve-se lembrar que as atuações não são todas balizadas no mesmo nível de interesse e legitimidade, e, portanto, não há a necessidade promover o mesmo nível de participação para todos os sujeitos que pretendem intervir no IRDR. Suas atuações deverão estar limitadas especialmente à utilidade de sua participação.

¹³¹ TEMER, Sofia. **Participação no processo civil**: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 365.

¹³² TEMER, Sofia. **Participação no processo civil**: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 369.

¹³³ Também fez surgir o Enunciado n.º 651 do Fórum Permanente de Processualistas Civis: “(arts. 937, 947, 976 e 984) É admissível sustentação oral na sessão de julgamento designada para o juízo de admissibilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas ou do incidente de assunção de competência, sendo legitimados os mesmos sujeitos indicados nos arts. 984 e 947, § 1º. [Enunciado n.º 651. Fórum Permanente de Processualistas Civis. Disponível em: <<https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 27 nov. 2020.

¹³⁴ Sofia Temer defende “os poderes de adaptação e gerenciamento judicial como premissa de modo flexível do processo”. [TEMER, Sofia. **Participação no processo civil**: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 336].

¹³⁵ TEMER, Sofia. **Participação no processo civil**: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 334.

gerenciamento processual do magistrado é crucial para que se possibilite a intervenção atípica¹³⁶ de sujeitos à luz do princípio da eficiência. Reconhece-se, portanto, que o órgão julgador terá maior discricionariedade para análise sobre a pertinência da participação de um sujeito interessado. “Discricionariedade não se confunde com arbitrariedade, contudo. [...] Não há dúvida de que a escolha discricionária deve vir acompanhada da adequada justificação racional”,¹³⁷ pela primazia do dever de motivação das decisões judiciais enquanto corolário da legitimidade da atividade jurisdicional.¹³⁸

O momento de ingresso e a identificação da zona de interesse¹³⁹ do sujeito serão essenciais para definir o cabimento da intervenção e para delimitar o regime de atuação, “limitando-se os poderes e vedando a prática de atos que se relacionem com outros centros de atuação”,¹⁴⁰ sem prejuízo da reanálise do regime de participação ao longo do incidente.¹⁴¹ Ainda, o relator, ao delinear-lo, não partirá do zero; isso porque é possível buscar no próprio sistema processual algumas balizas para adequar a intervenção. O órgão jurisdicional possuirá liberdade – evidentemente que sempre de forma fundamentada¹⁴² – para importar técnicas do sistema vigente para a formulação do regime de participação, pelo que poderá estabelecer

¹³⁶ Isso porque “a intervenção de terceiros, delimitadas a situações de direito material muito específicas, não é capaz de abrigar por completo casos em que há mais de dois interesses em contraposição, mostrando-se como mecanismos também insuficientes para proporcionar multilateralidade da relação processual.” [SICA, Heitor Vitor Mendonça. Notas críticas ao sistema de pluralidade de partes no processo civil brasileiro. **Revista de Processo**, v. 200/2011. p. 13-70].

¹³⁷ TEMER, Sofia. **Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação**. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 341.

¹³⁸ “A legitimação da atividade jurisdicional decorre do estrito cumprimento do Direito (regras, princípios e postulados) e da demonstração da juridicidade dessa atuação (que não é o mesmo de legalidade). Daí o motivo pelo qual o dever de motivação é o instrumento fundamental de legitimação da atividade jurisdicional” [LUCCA, Rodrigo Ramina de. **Disponibilidade processual: a liberdade das partes no processo**. São Paulo: Thomson Reuters, 2019. p. 126].

¹³⁹ “A segmentação da participação em centros ou zonas faz com que, analisadas conjuntamente as variadas atuações, seja revelada a multipolaridade da relação processual. As limitações, ademais, estão alinhadas com a premissa de que a participação dos sujeitos não deve necessariamente ocorrer na mesma intensidade, variando de acordo com a finalidade da atuação e com os parâmetros acima sugeridos”. [TEMER, Sofia. **Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação**. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 368].

¹⁴⁰ TEMER, Sofia. **Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação**. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 342-343.

¹⁴¹ “Não se pode desconsiderar, sobretudo se adotamos como premissas do modelo a dinamicidade e a flexibilidade da relação processual, que razões supervenientes ou não consideradas pelos sujeitos no momento inicial possam gerar a necessidade de revisão dos poderes ou da própria admissão da participação. [...] O poder de gerenciamento e adaptação do processo, aliado à responsabilidade de todos os sujeitos pela sua condução eficiente, possibilitarão uma constante reanálise e conformação da estrutura e da dinâmica do processo.” [TEMER, Sofia. **Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação**. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 346-347].

¹⁴² E sempre à luz do princípio da colaboração. Sandro Kozikoski já anunciava, no contexto dos recursos repetitivos, que “o princípio da colaboração servirá para aumentar o coeficiente de legitimidade das decisões dos Tribunais Superiores.” [KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. Garantismo, contraditório fluido, recursos repetitivos e incidentes de coletivização. In: SOUZA, Marcia Cristina; RODRIGUES, Walter S. **O novo Código de Processo Civil: o projeto do CPC e o desafio das garantias fundamentais**. São Paulo: Editora Campus Jurídico, 2013. p. 12].

“diálogo entre o típico e o atípico”¹⁴³ e se utilizar do livre trânsito das técnicas especiais entre os procedimentos.¹⁴⁴

Há de se considerar, ainda, o uso da tecnologia¹⁴⁵⁻¹⁴⁶ para que se possibilite a ampliação da participação no curso do incidente, até mesmo pelo dever de publicidade dos atos tomados ao longo do IRDR (art. 979, CPC).¹⁴⁷ O advento da pandemia da Covid-19 fez com que os órgãos jurisdicionais adaptassem as suas rotinas para introduzirem a possibilidade de audiências virtuais, sessões de julgamento virtuais e audiências por videoconferência com magistrados por parte dos advogados. Ainda, o uso da tecnologia já vem ocorrendo para incrementar a participação em outras esferas estatais,¹⁴⁸ como consultas públicas à proposições legislativas,¹⁴⁹ e nada obsta que também seja empregada em âmbito judicial. Tudo isso, é claro,

¹⁴³ TEMER, Sofia. **Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação**. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 352.

¹⁴⁴ “Nossa proposta é, então, além de adotar como base poderes já definidos para sujeitos que atuem com finalidades similares [...] integrar e calibrar o regime-base com a adoção de técnicas especiais que se mostrem adequadas para atender os fins pretendidos pela atuação. [...] Haverá, portanto, livre trânsito das técnicas especiais, e seu emprego permitirá construir o regime de participação adequado à finalidade pretendida.” [TEMER, Sofia. **Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação**. Salvador: Juspodivm, 2020, p. 359]. Sobre o tema, DIDIER JR., Fredie; CABRAL, Antonio do Passo; CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Por uma nova teoria dos procedimentos especiais: dos procedimentos às técnicas**. Salvador: Juspodivm, 2018.

¹⁴⁵ “Enquanto a representação agoniza, os recursos tecnológicos aumentam a possibilidade de que a democracia direta, antes inalcançável, seja efetivamente implementada. Se no passado se podia afirmar que a democracia só poderia existir de modo representativo, agora essa configuração parece meramente conjuntural: ela é uma solução opcional e, talvez, descartável. Todos os argumentos conservadores começam a ruir quando se considera que, com a internet, é possível com baixo custo financeiro, informar qualquer pessoa, em qualquer lugar, sobre qualquer assunto e colher sua opinião acerca dele” [VITORELLI, Edilson. **O devido processo legal coletivo: dos direitos aos litígios coletivos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 237].

¹⁴⁶ Felipe Barreto Marçal também sugere meios para a ampliação da participação com a utilização de recursos tecnológicos (lawtech), de modo que se amplie a publicidade e a transparência dos atos judiciais, em MARÇAL, Felipe Barreto. Repensando os mecanismos de ampliação do contraditório. In: **Tecnologia jurídica e direito digital: II Congresso Internacional de Direito, Governo e Tecnologia**. Belo Horizonte: Fórum, 2018, p. 451-467.

¹⁴⁷ O CPC já prevê o uso da internet para fins de divulgação de informações (arts. 12, § 1º; 197, caput; 755, § 3º), de algumas espécies de decisões (art. 927, § 5º) e, até mesmo, de comunicação visando à ampliação da participação (arts. 156, § 2º; 257, II; 741, caput; 745, caput; 746, § 2º; 886, IV; 887, § 2º). O CPC também admite “a prática de atos processuais por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real” (art. 236, § 3º), especificamente para: colheita de depoimento pessoal (art. 385, § 3º); oitiva de testemunha (art. 453, § 1º, do CPC); acareação (art. 461, § 2º) e sustentação oral (art. 937, § 4º).

¹⁴⁸ “No Brasil, há situações de sucesso fora do âmbito do processo jurisdicional, em que o uso da internet permitiu – além da redução de custos (tempo e dinheiro) – um aumento na participação dos interessados, tais como a licitação sob a modalidade de pregão eletrônico (Lei 10.520/02). Ainda no campo da Administração Pública, tem-se evoluído gradualmente em relação à utilização do meio eletrônico *online*, não só para agendamento/realização de serviços, mas também para fomento do diálogo entre o governo e a população”. [MARÇAL, Felipe. **Medidas e processos estruturantes (multifocais): características e compatibilização com o ordenamento processual brasileiro**. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito Processual), Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. p. 100-101].

¹⁴⁹ “Também o Legislativo nacional tem fornecido alguns exemplos de participação pela internet, contando, até mesmo, com portais virtuais (“e-Cidadania”, do Senado, e “Wikilegis”, da Câmara dos Deputados), no qual o indivíduo pode: sugerir e apoiar “ideias legislativas”; participar de Audiências Públicas, de sabatinas e de outros eventos Interativos; bem como de consultas públicas acerca de projetos legislativos, mediante enquetes e envio de sugestões aos relatores das matérias”. [MARÇAL, Felipe. **Medidas e processos estruturantes (multifocais): características e compatibilização com o ordenamento processual brasileiro**. 2018. Dissertação (Mestrado em

para que o postulado da eficiência e para que a ideia de diversidade e democracia no processo sejam viabilizadas em prol da garantia constitucional do devido processo legal.

As sugestões para o aumento da participação no curso da fase instrutória do IRDR influenciam a percepção de que esse procedimento ultrapassa os sujeitos que o conduzem e aqueles que poderão sofrer algum efeito em suas esferas jurídicas. Essas sugestões servem, em última instância, ao reconhecimento de que a “atividade jurisdicional gera efeitos que transcendem os sujeitos que possuem, no momento da prolação da decisão, relação direta com a questão discutida”,¹⁵⁰ o que reforça a necessidade de ampliação da legitimidade democrática no incidente. Essa legitimidade, contudo, não está contida apenas nas alternativas de participação direta e indireta no incidente; ela depende, também, da fase de julgamento do IRDR, momento em que a reunião de argumentos trazidos ao debate serão analisados pelo órgão colegiado e levarão à fixação da tese jurídica, que se firmará como precedente no ordenamento jurídico (art. 927, III, CPC).

4 FASE DE JULGAMENTO

Encerrada a fase de instrução do incidente, passa-se à terceira etapa, ou seja, seu julgamento. Quem o realiza é o órgão colegiado responsável pela uniformização de jurisprudência, indicado pelo regimento interno dos Tribunais (art. 978, CPC). Note-se que, na mesma toada do dever de publicidade (art. 979, CPC), a inclusão em pauta para julgamento do IRDR deve ser sucedida da mais ampla divulgação, tanto aos interessados – partes, sujeitos sobrestados, membros de grupo – quanto à sociedade em geral. É recomendável, ainda, que a data de julgamento do incidente seja informada com antecedência razoável, de modo que todos possam tempo hábil de preparação para o acompanhamento.¹⁵¹

Iniciada a sessão de julgamento, o relator deve expor o objeto discutido no incidente (art. 984, I, CPC), nos termos do que se declarou na decisão de organização e admissão – ou de outra decisão posterior que ampliou ou limitou a matéria do IRDR. É preciso, ainda, que todos os fundamentos que serão discutidos na sessão sejam definidos logo no início do julgamento, de modo que se permita uma discussão ordenada e lógica e para que nenhum argumento lançado pelas partes seja negligenciado ou mal discutido pelo colegiado.¹⁵² Nesse momento permite-se,

Direito Processual), Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. p. 101].

¹⁵⁰ TEMER, Sofia. **Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação**. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 386.

¹⁵¹ TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 218.

¹⁵² MARINONI, Luiz Guilherme. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: Decisão de questão idêntica x Precedente**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p 158.

por exemplo, a invocação das chamadas *questões de ordem* pelos sujeitos condutores, interventores, Ministério Público e Defensoria Pública (se presente), caso o relator do IRDR olvide-se de algum argumento lançado na fase instrutória. O colegiado ainda possui o dever de anunciar, caso haja, fundamento importante que não tenha sido invocado por quaisquer das partes, fazendo-o constar na abertura do julgamento;¹⁵³ contudo, naturalmente que às partes e aos interessados deve-se conferir oportunidade para discuti-lo, inclusive mediante a outorga de maior prazo para a sustentação oral, nos termos do que apregoam os princípios da colaboração, do contraditório, da ampla defesa e a vedação à decisão-surpresa (art. 10, CPC).

Delimitados os termos do julgamento, os sujeitos condutores e o Ministério Público poderão sustentar oralmente suas razões pelo prazo de trinta minutos, sucedidos dos demais interessados (membros de grupo *etc.*), no mesmo prazo, dividido entre todos (art. 984, II, CPC). O prazo de sustentação poderá ser ampliado pelo órgão colegiado a depender do número de inscritos (art. 984, § 1º, CPC).

Proferido o julgamento pelo colegiado e decidido o sentido da tese jurídica derradeira, que possui natureza de decisão de mérito (art. 978, CPC), passa-se à lavratura do acórdão que a fixará e fará surgir precedente na circunscrição do tribunal em que tramitou o IRDR. O conteúdo do acórdão abrangerá a análise de todos os fundamentos – e não apenas os determinantes¹⁵⁴ – concernentes à tese jurídica discutida, sejam favoráveis ou contrários (art. 984, § 2º, CPC), em respeito ao dever de motivação das decisões judiciais, corolário da legitimidade da atividade jurisdicional.¹⁵⁵ Em uma perspectiva teleológica, considerar-se-á

¹⁵³Rodrigo Ramina de Lucca consigna que “o Direito deve ser conhecido e aplicado pelo Estado-juiz em sua integralidade. Mesmo que afaste as alegações jurídicas feitas pela parte, o julgador poderá julgar em seu favor a partir de uma configuração jurídica distinta da proposta. [...] As alegações jurídicas são sugestivas, *devendo* ser alteradas de ofício quando constatado o equívoco” [LUCCA, Rodrigo Ramina de. **O dever de motivação das decisões judiciais**: Estado de Direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. p. 224].

¹⁵⁴ “Há uma crença jurisprudencial generalizada de que é o juiz quem deve escolher quais alegações das partes são dignas de apreciação, filtrando aquilo que não considerar pertinente. [...] O CPC/15 corrige essa equivocada concepção em seu art. 489, § 1º, IV, ao expressamente taxar de nula a decisão que deixa de “enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador” [...]. Como parece evidente, todas as alegações da parte sucumbente são capazes de, *em tese*, infirmar a conclusão judicial.” LUCCA, Rodrigo Ramina de. **O dever de motivação das decisões judiciais**: Estado de Direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. p. 226-229.

¹⁵⁵ “O dever de motivação das decisões judiciais, portanto, assegura legitimidade à atuação dos juízes, mesmo que esses não sejam eleitos pelo povo. Portanto, a adequada e completa fundamentação das decisões judiciais consiste em fatores de outorga da legitimidade democrática, questão muito relevante em um cenário de crescente produção de precedentes judiciais de eficácia vinculante, nos quais justamente se questiona a pertinência constitucional da função normativa e criadora da Jurisdição, em função da previsão da cláusula pétrea da separação dos poderes e do risco de lesão ao Estado Democrático de Direito”. [WELSCH, Gisele Mazzoni. **Legitimação democrática do Poder Judiciário no Novo CPC**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 142-143]. No mesmo sentido, LUCCA, Rodrigo Ramina de. **O dever de motivação das decisões judiciais**: Estado de Direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. p. 195.

motivada a decisão que possuir a “necessária justificação formal do exercício do poder jurisdicional, explicitando-se racionalmente [...] por que a decisão tomada foi aquela, e não outra”.¹⁵⁶ Note-se que a fase de instauração de admissão do IRDR está diretamente ligada com a fundamentação da tese jurídica fixada ao seu final: a presença dos requisitos para que se admita o incidente – repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica (art. 976, I e II, CPC) – efetivamente motiva o exercício do poder jurisdicional no caso, legitimando-o.¹⁵⁷

O conjunto de justificativas da tese jurídica fixada, que compreende a motivação da decisão,¹⁵⁸ é peça fundamental para que haja a garantia do devido processo legal no IRDR, seja na formação da tese ou em sua posterior aplicação. Isso porque “de nada adiantam garantias como as do contraditório e da ampla defesa se tudo o que for alegado [...] pelas partes puder ser cabalmente ignorado na decisão judicial”.¹⁵⁹ Não basta, portanto, a ampliação da participação e do contraditório nas fases de instauração, admissão e instrução do IRDR, se, ao final, o acórdão deixar de apreciar todos os argumentos lançados pelos sujeitos condutores e pelos demais interessados que puderam intervir no trâmite do incidente para elevar o debate sobre a questão repetida de direito.¹⁶⁰⁻¹⁶¹

¹⁵⁶ LUCCA, Rodrigo Ramina de. **O dever de motivação das decisões judiciais**: Estado de Direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. p. 195.

¹⁵⁷ “A motivação [...] tem como escopo e função justificar formalmente um ato estatal de poder.” [LUCCA, Rodrigo Ramina de. **O dever de motivação das decisões judiciais**: Estado de Direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. p. 196]. Pode-se afirmar, nesse sentido, que as decisões de organização e admissão do IRDR que meramente mencionam o requisito de efetiva repetição afetarão a motivação e a legitimidade da tese jurídica fixada, já que não houve a devida motivação, por parte do órgão colegiado, para a instauração do incidente. Rememore-se que, entre 2016 e 2018, 100 (cem) incidentes foram admitidos em todo o Brasil sem aprofundamento da análise a respeito da efetiva repetição de processos, com mera menção ao requisito do art. 976, I, CPC. [ZUFELATO, Camilo (Coord.). Relatórios de pesquisa do Observatório Brasileiro de IRDRs da FDRP/USP. p. 83].

¹⁵⁸ O mesmo tema, aplicado às decisões constitucionais, é explorado com profundidade em PORTUGAL, André. **Decisão judicial e racionalidade**: crítica a Ronald Dworkin. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2017.

¹⁵⁹ LUCCA, Rodrigo Ramina de. **O dever de motivação das decisões judiciais**: Estado de Direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. p. 205.

¹⁶⁰ “*Last but not least*, trata-se de garantir o direito que têm as partes de ser ouvidas e de ver examinadas pelo órgão julgador as questões que houverem suscitado. Essa prerrogativa deve entender-se ínsita no direito de ação, que não se restringe, segundo a concepção hoje prevalecente, à mera possibilidade de pôr em movimento o mecanismo judicial, mas inclui a de fazer valer razões em Juízo de modo efetivo, e, por conseguinte, de reclamar do órgão judicial a consideração atenta dos argumentos e provas trazidas aos autos. Ora, é na motivação que se pode averiguar se e em que medida o juiz levou em conta ou negligenciou o material oferecido pelos litigantes; assim, essa parte da decisão constitui ‘o mais válido ponto de referência’ para controlar-se o efetivo respeito daquela prerrogativa.” [MOREIRA, José Carlos Barbosa. A motivação das decisões judiciais como garantia inerente ao Estado de Direito. In: **Temas de direito processual - segunda série**. São Paulo: Saraiva, 1988, p. 88].

¹⁶¹ Felipe Barreto Marçal explora a técnica de julgamento colegiado e a necessidade de respeito ao contraditório, ao dever de fundamentação, à isonomia e à segurança jurídica em MARÇAL, Felipe Barreto. Contraditório, fundamentação e técnica de julgamento colegiado: violação do contraditório (e ao dever de fundamentação), da isonomia, da previsibilidade e da segurança jurídica com o sistema de “votação global”. **Revista de Processo**, vol. 290/2019, p. 247-275.

A justificativa das garantias do contraditório e da ampla defesa é, em última instância, o convencimento judicial, e não há maior violação a esses direitos do que “a decisão que simplesmente ignora a atividade das partes no processo”.¹⁶² Antônio Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido Rangel Dinamarco prelecionam, nessa toada, que “as partes, em relação ao juiz, não têm papel de antagonistas, mas sim de ‘colaboradores necessários’”, uma vez que “somente pela soma da parcialidade das partes [...] o juiz pode corporificar a síntese, em um processo dialético”.¹⁶³ O modelo colaborativo, nesse sentido, potencializa o valor da participação no processo, de modo que se afirme, em seu bojo, um “democrático ponto de encontro de direitos fundamentais”.¹⁶⁴

Sendo a garantia da motivação “a *última manifestação do contraditório*”,¹⁶⁵ Rodrigo Ramina de Lucca propõe requisitos mínimos para que o julgador a cumpra: a decisão judicial deve ser (i) clara,¹⁶⁶ “explicitando de forma inequívoca as razões pelas quais a decisão tomada foi aquela, e não outra”,¹⁶⁷ havendo objetividade,¹⁶⁸ linguagem simples e acessível¹⁶⁹ e precisão técnica;¹⁷⁰ (ii) coerente, de modo que haja harmonia “entre o dispositivo da decisão e as razões que lhe foram dadas”;¹⁷¹ (iii) completa, apresentando as razões fáticas e jurídicas que justificam o dispositivo e afastando todas as razões da parte desfavorecida pela decisão (art. 489, §§ 1º e 2º, CPC);¹⁷² (iv) concreta, impondo-se o enfrentamento de todas as alegações aventadas no

¹⁶² LUCCA, Rodrigo Ramina de. **O dever de motivação das decisões judiciais**: Estado de Direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. p. 207.

¹⁶³ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 13. ed. São Paulo: Malheiros. p. 55.

¹⁶⁴ MITIDIERO, Daniel. **Colaboração no processo civil**: do modelo ao princípio. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 45.

¹⁶⁵ LUCCA, Rodrigo Ramina de. **O dever de motivação das decisões judiciais**: Estado de Direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. p. 207; SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. Fundamentação das sentenças como garantia constitucional. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; JOBIM, Eduardo. **O processo na Constituição**. São Paulo: Quartier Latin, 2008. p. 472-473.

¹⁶⁶ TUCCI, José Rogério Cruz e. **A motivação da sentença no processo civil**. São Paulo: Saraiva, 1987. p. 20.

¹⁶⁷ LUCCA, Rodrigo Ramina de. **O dever de motivação das decisões judiciais**: Estado de Direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. p. 215.

¹⁶⁸ LUCCA, Rodrigo Ramina de. **O dever de motivação das decisões judiciais**: Estado de Direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. p. 215-217.

¹⁶⁹ “Na medida em que a motivação é um ato de prestação de contas do exercício do poder jurisdicional, deve ser passível de compreensão pelas pessoas em geral.” (LUCCA, Rodrigo Ramina de. **O dever de motivação das decisões judiciais**: Estado de Direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. p. 217).

¹⁷⁰ LUCCA, Rodrigo Ramina de. **O dever de motivação das decisões judiciais**: Estado de Direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. p. 217-218.

¹⁷¹ LUCCA, Rodrigo Ramina de. **O dever de motivação das decisões judiciais**: Estado de Direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. p. 218.

¹⁷² “É para a parte desfavorecida que a motivação mais importa, seja porque ela é a destinatária primária da justificação dada pelo Estado para agir em seu desfavor, seja porque ela depende de uma motivação adequada para que se possa utilizar plenamente os instrumentos recursais postos à sua disposição.” [LUCCA, Rodrigo Ramina de. **O dever de motivação das decisões judiciais**: Estado de Direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. p. 220].

processo e todas as razões jurídicas extraídas do ordenamento jurídico;¹⁷³ e (v) universal, em respeito ao princípio da isonomia.¹⁷⁴

Verifica-se, portanto, que a tese jurídica fixada deve ser justificada e fundamentada, sob pena de ocorrência de maior violação às garantias do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa no IRDR. De nada adiantará o esforço de democratização do incidente se a decisão prolatada possuir vícios de motivação. Tudo cairá por terra. De toda sorte, o cabimento de recursos especial e extraordinário (art. 987, CPC) em face da tese advinda do IRDR surge para que certas incorreções possam ser dirimidas pelas Cortes Superiores.

5 RECURSOS EXCEPCIONAIS E REVISÃO DA TESE JURÍDICA

Do julgamento de mérito do incidente, ou seja, da fixação da tese jurídica, cabem os recursos especial e extraordinário, conforme a matéria discutida (art. 987, CPC). Esses recursos são regulados pela CF/88, respectivamente nos arts. 105, III e 102, III. O § 1º do art. 987 do CPC ainda chega a mencionar a presunção *absoluta* de repercussão geral da questão constitucional – em caso de recurso extraordinário.

Luiz Guilherme Marinoni consigna que limitar o cabimento dos recursos excepcionais apenas para “decisão de mérito”, no IRDR, é hipótese de regulação que, ao restringir sua interposição, extrapola os limites de competência do legislador infraconstitucional. “Um recurso cuja admissibilidade tem assento na Constituição não pode ser regulado de outro modo pela lei”,¹⁷⁵ especialmente no caso de decisão que é proferida em incidente de larga importância, como o IRDR. Não seria cabível, portanto, negar o conhecimento de um recurso especial no caso de haver discussão de caráter processual ou preliminar. Para Marinoni, “é o que basta para esclarecer que o *caput* do art. 987 do CPC não pode ser lido como se limitasse o recurso apenas às hipóteses de “julgamento do mérito””.¹⁷⁶ Sofia Temer, na outra aresta, afirma a relevância do cabimento dos recursos especial e extraordinário da decisão proferida em IRDR, uma vez

¹⁷³ LUCCA, Rodrigo Ramina de. **O dever de motivação das decisões judiciais**: Estado de Direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. p. 232.

¹⁷⁴ “A motivação é universal ou universalizável quando suas razões jurídicas são válidas para todo e qualquer caso idêntico ou análogo àquele que foi julgado. Trata-se de desdobramento direto da própria universalidade do Direito, cujas normas devem ser aplicadas com isonomia, independentemente do destinatário.” [LUCCA, Rodrigo Ramina de. **O dever de motivação das decisões judiciais**: Estado de Direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. p. 235].

¹⁷⁵ MARINONI, Luiz Guilherme. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**: Decisão de questão idêntica x Precedente. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 191.

¹⁷⁶ MARINONI, Luiz Guilherme. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**: Decisão de questão idêntica x Precedente. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 193.

que permite “a reavaliação da tese fixada pela corte superior”, viabilizando “a uniformização em nível nacional [e] ampliando a esfera de aplicação da tese”.¹⁷⁷

Além da importância da análise do cabimento dos recursos excepcionais em face da tese jurídica fixada no IRDR, faz-se necessário observar os legitimados para sua interposição. A princípio, possuiriam interesse e legitimidade recursal os sujeitos condutores do IRDR, o Ministério Público e a Defensoria Pública, ou seja, os mesmos sujeitos que podem requerer a instauração do incidente (art. 977, II e III, CPC). Também é incontroverso o cabimento de interposição do recurso por parte do *amicus curiae*, por expressa autorização legislativa (art. 138, § 3º, CPC). O ponto nebuloso que paira sobre essa fase do incidente diz respeito à legitimidade e o interesse dos sujeitos sobrestados, especialmente pelo fato de o art. 996 do CPC dispor que caberá recurso interposto por terceiro prejudicado. A doutrina majoritária¹⁷⁸ defende que aqueles que intervirem no IRDR – em especial os sobrestados – possuem interesse para interpor recurso em face da decisão. Há, inclusive, enunciado do Fórum Permanente de Processualistas Civis que concebe a legitimidade recursal desses sujeitos;¹⁷⁹ afinal, “não há como afirmar, ao mesmo tempo, que cabe intervenção de terceiros [...], mas não cabe a interposição destes recursos por aqueles terceiros cuja intervenção é permitida”.¹⁸⁰ Entende-se da mesma maneira: além dos sujeitos condutores, dos *amici curiae*, do Ministério Público e da Defensoria Pública, os sujeitos sobrestados também possuem interesse e legitimidade para interponem recursos especial e extraordinário no incidente.

Não obstante, uma vez mais deve-se atentar à utilidade da interposição do recurso pelo interveniente. Se o sujeito condutor já apresentou recurso completo e abrangente, de modo a enfrentar todos os argumentos capazes de infirmarem a tese jurídica fixada no IRDR, haverá menos espaço para que os sujeitos sobrestados tomem a mesma medida; a sua atuação, na toada de seu interesse, seria limitada àqueles argumentos que eventualmente não tenham sido

¹⁷⁷ TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 270.

¹⁷⁸ TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 282; BASTOS, Antonio Adonis Aguiar. **O devido processo legal nas demandas repetitivas**. 2012. Tese (Doutorado em Direito Processual), Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. p. 190; ARENHART, Sérgio Cruz. **O recurso de terceiro prejudicado e as decisões vinculantes**. Disponível em: https://www.academia.edu/214085/O_RECORSO_DE_TERCEIRO_PREJUDICADO_E_AS_DECIS%C3%95ES_VINCULANTES. Acesso em 11 set. 2020; CAVALCANTI, Marcos. **Incidente de resolução de demandas repetitivas e ações coletivas**. Salvador: Juspodivm, 2015. p. 466; CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 1454; DIDIER JR., Fredie. **Recurso de terceiro**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 96.

¹⁷⁹ O Enunciado n.º 94 do Fórum Permanente de Processualistas Civis (FPPC) dispõe: “A parte que tiver o seu processo suspenso nos termos do inciso I do art. 982 poderá interpor recurso especial ou extraordinário contra o acórdão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.” (Enunciado n.º 94. Fórum Permanente de Processualistas Civis. Disponível em: <<https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 10 set. 2020).

¹⁸⁰ DIDIER JR., Fredie. **Recurso de terceiro**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 96.

abarcados pelo recurso já interposto. Sofia Temer ainda afirma que, caso o líder tenha atuado de maneira insuficiente no IRDR, “não há óbice para que o tribunal faça nova afetação e escolha novos sujeitos condutores para os recursos”.¹⁸¹ Do mesmo modo, em caso de existência de diversos recursos interpostos em face da decisão proferida no IRDR, o órgão julgador pode selecionar “apenas alguns, com o objetivo de formar o melhor conjunto para a fase recursal, com nova fase de escolha e afetação, à semelhança, inclusive, com o que ocorre com os recursos repetitivos”.¹⁸² Nesse sentido, houve adaptação do regimento interno do Superior Tribunal de Justiça para prever que recursos oriundos de IRDR serão processados e julgados sob o rito dos repetitivos, aplicando-se o disposto nos arts. 1.306 e seguintes do CPC.¹⁸³

A tese jurídica fixada no IRDR, embora adquira estabilidade de precedente, ainda pode ser revisada (art. 986, CPC) pelo próprio Tribunal. A decisão não é anulada ou revogada, “mas apenas superada por uma nova decisão que passa o entendimento aplicável”.¹⁸⁴ Sofia Temer consigna, a esse turno, que a decisão pode ser superada “sempre que houver mudança substancial nas condições determinantes para a fixação da tese jurídica”,¹⁸⁵ na linha do que sugere o Enunciado n.º 122 do Fórum Permanente de Processualistas Civis.¹⁸⁶ A alteração da tese jurídica fixada em IRDR pressupõe (i) a realização de audiências públicas e a participação de pessoas que possam contribuir com a rediscussão da tese (art. 927, § 2º, CPC) e (ii) a necessidade de fundamentação adequada e específica, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia (art. 927, § 4º, CPC).¹⁸⁷

Sofia Temer ainda sugere que, em razão da ausência de previsão expressa do procedimento de revisão no CPC, deve-se instaurar incidente-revisor da tese jurídica, de modo que todas as garantias estabelecidas para definição da tese sejam seguidas “para que haja novo juízo sobre sua permanência, notadamente os que dizem respeito à publicidade e participação

¹⁸¹ TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 283.

¹⁸² TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 283.

¹⁸³ “Art. 256-H. Os recursos especiais interpostos em julgamento de mérito do incidente de resolução de demandas repetitivas serão processados nos termos desta Seção [Do Recurso Especial Representativo da Controvérsia], não se aplicando a presunção prevista no art. 256-G deste Regimento.” [BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **Regimento Interno**. Brasília: STJ, 2020. p. 129].

¹⁸⁴ CAVALCANTI, Marcos. **Incidente de resolução de demandas repetitivas e ações coletivas**. Salvador: Juspodivm, 2015. p. 587.

¹⁸⁵ TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 291.

¹⁸⁶ O Enunciado n.º 322 do Fórum Permanente de Processualistas Civis (FPPC) dispõe: “A modificação de precedente vinculante poderá fundar-se, entre outros motivos, na revogação ou modificação da lei em que ele se baseou, ou em alteração econômica, política, cultural ou social referente à matéria decidida.” (Enunciado n.º 94. Fórum Permanente de Processualistas Civis. Disponível em: <<https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 10 set. 2020).

¹⁸⁷ Sobre o tema, CÂMARA, Alexandre Freitas. **Levando os padrões decisórios a sério: formação e aplicação de precedentes e enunciados de súmula**. Rio de Janeiro: Atlas, 2017; PEIXOTO, Ravi. **Superação do precedente e segurança jurídica**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

dos envolvidos”.¹⁸⁸ Contudo, além dos requisitos elencados no art. 976 do CPC – e da existência de causa pendente no tribunal, como verificou-se no tópico 2 –, haveria requisito adicional para a admissão do incidente-revisor: “a comprovação de alterações políticas, econômicas, sociais, normativas, dentre outras, que justifiquem a revisão da tese”.¹⁸⁹ Uma vez superada a tese anteriormente fixada, ao Tribunal ainda incumbe a modulação dos efeitos da nova tese, permitindo uma transição segura e confiável¹⁹⁰ entre os entendimentos, em respeito à segurança jurídica e à integridade do sistema.¹⁹¹

6 CONCLUSÕES

A aplicação prática do IRDR, desde sua entrada em vigor, com a vigência do CPC, trouxe consequências graves em relação às garantias do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, além de se afastar da noção do processo enquanto baluarte democrático e participativo da sociedade. Isso se dá especialmente em razão da enxuta participação que se permite em seu trâmite, haja vista a ausência de regulação específica para o exercício do direito de influência por terceiros interessados, notadamente os sujeitos sobrestados e aqueles que poderão sofrer futuramente os efeitos da tese jurídica derradeira.

Pretendeu-se abordar soluções que permitam a ampliação da participação no incidente, tornando-o tão mais compatível com os direitos fundamentais assegurados pela CF/88 quanto possível. Essas soluções se iniciam na fase de instauração de admissão do IRDR e prologam-se até a fase recursal e de eventual revisão da tese jurídica fixada, de tal sorte que, quanto mais medidas ampliativas forem permitidas e adotadas pelo órgão competente para o julgamento do incidente, maior será o grau de atendimento ao devido processo legal e a legitimidade da atuação jurisdicional.

As propostas aventadas no presente trabalho partem do modelo – e do princípio – da colaboração no processo, além de adotar perspectivas inovadoras sobre participação e intervenção de terceiros no processo civil, sempre com respeito ao princípio da eficiência e da duração razoável do processo. E, para que essas propostas se efetivem, são necessárias, sobretudo, a observância dos corolários da flexibilização procedimental e do gerenciamento processual, especialmente por parte do órgão colegiado, que possui em suas mãos as

¹⁸⁸ TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 293.

¹⁸⁹ TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 293.

¹⁹⁰ “Quando a modificação de uma decisão processual estável demonstrar-se necessária, devem-se buscar mecanismos que construam ‘pontes de continuidade jurídica’ na passagem de uma posição estável para outra, eliminando ou reduzindo o impacto da alteração do precedente.” [CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 1451].

¹⁹¹ TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 296.

ferramentas que poderão garantir a influência de interessados, o contraditório fluido e, em última instância, o *due process* e a participação democrática no incidente.

REFERÊNCIAS

ARENHART, Sérgio Cruz. Decisões estruturais no direito processual civil brasileiro. **Revista de Processo**, v. 225, 2013. p. 389-410.

_____. Processo multipolar, participação e representação de interesses concorrentes. In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix (Coords.). **Processos Estruturais**. Salvador: Juspodivm, 2017. p. 423-448.

_____. **A tutela coletiva de interesses individuais**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____; OSNA, Gustavo. **x**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

_____. Processos estruturais no direito brasileiro: reflexões a partir do caso da ACP do carvão. **Revista do Tribunal Federal da 1ª Região**, v. 29/2017. p. 70-79.

_____. **O recurso de terceiro prejudicado e as decisões vinculantes**. Disponível _____ em: https://www.academia.edu/214085/O_RECORSO_DE_TERCEIRO_PREJUDICADO_E_AS_DECIS%C3%95ES_VINCULANTES. Acesso em 11 set. 2020.

BASTOS, Antonio Adonias Aguiar. **O devido processo legal nas demandas repetitivas**. 2012. Tese (Doutorado em Direito Processual), Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Agravo Regimental em Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4722**. Relator: Min. Dias Toffoli. Brasília, 2 de dezembro de 2016.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n.º 1.846.109-SP**. Relatora: Min. Nancy Andrighi. Brasília, 10 de dezembro de 2019.

_____. **AgInt na Petição n.º 11.838/MS**. Relatora: Min. Laurita Vaz. Brasília, 10 de setembro de 2019.

_____. **AgRg no Agravo em Recurso Especial n.º 793.537/SP**. Relator: Min. Humberto Martins. Brasília, 1º de março de 2016.

_____. **Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça**. Brasília: STJ, 2020.

BRASIL, Tribunal Regional Federal da Quarta Região. **IRDR n.º 5026813-68.2016.4.04.0000**. Relator: Des. Rogério Favreto. Porto Alegre, 3 de maio de 2017.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Amicus curiae no processo civil brasileiro: um terceiro enigmático**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BURCH, Elizabeth Chamblee. *Aggregation, community, and the line between*. **Kansas Law Review**, v. 58/2010. p. 914.

CABRAL, Antonio do Passo. **O novo procedimento-modelo (*Musterverfahren*) alemão**: uma alternativa às ações coletivas. *Revista de Processo*, 2007, v. 147. p. 123-146.

_____. **Nulidades no Processo Moderno: Contraditório, Proteção da Confiança e Validade *Prima Facie* dos Atos Processuais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

_____. *Il principio del contraddittorio come diritto d'influenza e dovere di dibattito*. **Rivista di Diritto Processuale**, 2005.

_____. Despolarização do processo e zonas de interesse: sobre a migração entre polos da demanda. **Revista Forense**, v. 404/2009. p. 35.

_____. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. **Revista de Processo**, v. 231/2014. p. 211.

_____. Comentários aos arts. 976 a 987. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. Comentários ao artigo 138. In: STRECK, Lênio; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da (Org.). **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. Pelas asas de Hermes: a intervenção do *amicus curiae*, um terceiro especial. **Revista de Processo**, vol. 117/2004.

CAHALI, Cláudia Elisabete Schwerz. **O gerenciamento de processos judiciais**: em busca da efetividade da prestação jurisdicional. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. **Levando os padrões decisórios a sério**: formação e aplicação de precedentes e enunciados de súmula. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

_____. **Manual do mandado de segurança**. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. O novo CPC e a duração dos processos. **Justificando**. Rio de Janeiro, 27 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2015/03/27/o-novo-cpc-e-a-duracao-dos-processos/>> Acesso em 27 nov. 2020.

CAVALCANTI, Marcos. **Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR)**. São Paulo: RT, 2016.

CINTRA, Lia Carolina Batista. **Intervenção de terceiro por ordem do juiz**: a intervenção iussu iudicis no processo civil. São Paulo: RT, 2017.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

COSTA, Susana Henriques da; MIRANDA, Andrea Pimentel de. A participação de terceiros no julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas: uma análise do tribunal de justiça de São Paulo. In: SICA, Heitor Vitor Mendonça; CINTRA, Lia Carolina Batista; TALAMINI, Eduardo; EID, Elie Pierre. **Grandes temas do Novo CPC: Partes e Terceiros no Processo Civil**. v. 14. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 149-172.

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. O regime processual das causas repetitivas. **Revista de Processo**, vol. 179/2010. p. 169.

DIDIER JR., Fredie. **Recurso de terceiro**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____; CABRAL, Antonio do Passo; CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Por uma nova teoria dos procedimentos especiais**: dos procedimentos às técnicas. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2021.

_____; ZANETI JR., Hermes; ALVES, Gustavo Silva. Intervenção dos membros de grupo no julgamento de casos repetitivos. **Civil Procedure Review**, v. 10, 2019. p. 51-74.

_____; CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Curso de Direito Processual Civil**: o processo civil nos tribunais, recursos, ações de competência originária de tribunal e querela nullitatis, incidentes de competência originária de tribunal. 15. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

_____; TEMER, Sofia. A decisão de organização do incidente de resolução de demandas repetitivas: importância, conteúdo e o papel do regimento interno do tribunal. **Revista de Processo**, v. 258/2016. p. 3.

EID, Elie Pierre. Multilateralidade no processo civil: divergência de interesses em posições jurídicas. **Revista de Processo**, v. 297/2019. p. 18.

Enunciado n.º 87. Fórum Permanente de Processualistas Cíveis. Disponível em: <<https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2020.

Enunciado n.º 91. Fórum Permanente de Processualistas Cíveis. Disponível em: <<https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2020.

Enunciado n.º 94. Fórum Permanente de Processualistas Cíveis. Disponível em: <<https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 10 set. 2020.

Enunciado n.º 322. Fórum Permanente de Processualistas Cíveis. Disponível em: <<https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 10 set. 2020.

Enunciado n.º 344. Fórum Permanente de Processualistas Cíveis. Disponível em: <<https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2020.

Enunciado n.º 345. Fórum Permanente de Processualistas Cíveis. Disponível em: <<https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2020.

Enunciado n.º 651. Fórum Permanente de Processualistas Cíveis. Disponível em: <<https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 26 nov. 2020.

Enunciado n.º 702. Fórum Permanente de Processualistas Cíveis. Disponível em: <<https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 26 nov. 2020.

FUX, Luiz. O novo processo civil. In: FUX, Luiz (Coord.). **O novo processo civil brasileiro: direito em expectativa**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

GRECO, Leonardo. O princípio do contraditório, in: GRECO, Leonardo. **Estudos de direito processual**. Campos dos Goytacazes: Ed. Faculdade de Direito de Campos, 2005.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Da class action for damages à ação de classe brasileira: os requisitos de admissibilidade. **Revista de processo**, v. 101/2001. p. 11-27.

LUCCA, Rodrigo Ramina de. **Disponibilidade processual**: a liberdade das partes no processo. São Paulo: Thomson Reuters, 2019.

_____. **O dever de motivação das decisões judiciais**: Estado de Direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. Garantismo, contraditório fluido, recursos repetitivos e incidentes de coletivização. In: SOUZA, Marcia Cristina; RODRIGUES, Walter. **O novo Código de Processo Civil**: o projeto do CPC e o desafio das garantias fundamentais. São Paulo: Editora Campus Jurídico, 2013

MARÇAL, Felipe Barreto. **Medidas e processos estruturantes (multifocais)**: características e compatibilização com o ordenamento processual brasileiro. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito Processual), Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

_____. Repensando os mecanismos de ampliação do contraditório. In: **Tecnologia jurídica e direito digital**: II Congresso Internacional de Direito, Governo e Tecnologia. Belo Horizonte: Fórum, 2018, p. 451-467.

_____. Contraditório, fundamentação e técnica de julgamento colegiado: violação do contraditório (e ao dever de fundamentação), da isonomia, da previsibilidade e da segurança jurídica com o sistema de “votação global”. **Revista de Processo**, vol. 290/2019, p. 247-275.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**: Decisão de questão idêntica x Precedente. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019

MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. **Incidente de resolução de demandas repetitivas**: sistematização, análise e interpretação do novo instituto processual. Rio de Janeiro: Forense, 2017

MITIDIERO, Daniel. **Colaboração no processo civil**: do modelo ao princípio. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao Código de Processo Civil**. v. 5. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

_____. Apontamentos para um estudo sistemático da legislação extraordinária. In: MOREIRA, José Carlos Barbosa (Coord.). **Direito Processual Civil**: ensaios e pareceres. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971. p. 59-60

_____. Ações coletivas na Constituição Federal de 1988. **Revista de Processo**, v. 61/1991. p. 187.

_____. A motivação das decisões judiciais como garantia inerente ao Estado de Direito. In: **Temas de direito processual - segunda série**. São Paulo: Saraiva, 1988.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. A garantia do contraditório. **Revista Forense**, v. 95/1999. p. 16.

_____. **Do formalismo no processo civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

OSNA, Gustavo. **Direitos individuais homogêneos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

PASCHOAL, Thais Amoroso. Enfim, a tutela coletiva pensada coletivamente: O PL4441/2020 e a produção antecipada da prova orientada pela adequada representação. **Jota**. São Paulo, 29 de outubro de 2020. <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/elas-no-jota/enfim-a-tutela-coletiva-pensada-coletivamente-29102020>>. Acesso em 29 out. 2020.

PEIXOTO, Ravi. **Superação do precedente e segurança jurídica**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

PORTUGAL, André. **Decisão judicial e racionalidade**: crítica a Ronald Dworkin. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2017.

RIBEIRO, Darci Guimarães. **Da tutela jurisdicional às formas de tutela**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Notas críticas ao sistema de pluralidade de partes no processo civil brasileiro. **Revista de Processo**, v. 200/2011. p. 13-70.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. Fundamentação das sentenças como garantia constitucional. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; JOBIM, Eduardo. **O processo na Constituição**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

SILVA, Ricardo Menezes da. **Tratamento adequado de demandas repetitivas no primeiro grau**: uma análise a partir do Novo Código de Processo Civil. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito Processual Civil), Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

SILVA, Ricardo Menezes da. Exceção de não vinculação é instrumento indispensável à legitimidade do IRDR. **Conjur**. São Paulo, 30 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-jul-30/ricardo-menezes-excecao-nao-vinculacao-irdr>> Acesso em 26 nov. 2020.

TALAMINI, Eduardo. Comentários ao art. 138. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER Jr., Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno (Coord.) **Breves Comentários ao novo Código de Processo Civil**. 2 ed. São Paulo: RT, 2016.

TAVARES, Claunir Luiz. Ministro Luiz Fux diz que conciliação, mediação e jurisprudência são o futuro do processo civil brasileiro. **Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**. Notícias. Rio de Janeiro, 19 jul. 2017. Disponível em:

<<https://pge.rj.gov.br/imprensa/noticias/2017/06/ministro-luiz-fux-diz-que-conciliacao-mediacao-e-jurisprudencia-sao-o-futuro-do-processo-civil-brasileiro>>. Acesso em 30 jul. 2020.

TAVARES, João Paulo Lordelo Guimarães. **A Certificação Coletiva**: organizando as ações coletivas e o julgamento de casos repetitivos. Salvador: Juspodivm, 2020.

TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

_____. **Participação no Processo Civil**: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação. Salvador: Juspodivm, 2020.

THEODORO JÚNIOR, Humberto; NUNES, Dierle José Coelho. Uma dimensão que urge reconhecer ao contraditório no direito brasileiro: sua aplicação como garantia de influência, de não surpresa e de aproveitamento da atividade processual. **Revista de Processo**, v. 168/2009. p. 109.

TUCCI, José Rogério Cruz e. **A motivação da sentença no processo civil**. São Paulo: Saraiva, 1987.

VENTURI, Elton. **Processo Civil Coletivo**. São Paulo: Malheiros, 2007.

VOGT, Fernanda Costa. **Cognição do juiz no processo civil: flexibilidade e dinamismos dos fenômenos cognitivos**. Salvador: Juspodivm, 2020.

VITORELLI, Edilson. **O devido processo legal coletivo**: dos direitos aos litígios coletivos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

WELSCH, Gisele Mazzoni. **Legitimação democrática do Poder Judiciário no Novo CPC**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

ZUFELATO, Camilo (Coord.). **I Relatório de Pesquisa do Observatório Brasileiro de IRDRs**. São Paulo: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2019.